

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
ESCOLA DE ECONOMIA E NEGÓCIOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Juliana Veronez Junqueira

***A ECONOMIA CAFEIRA E SEU IMPACTO NAS CIDADES DO SUL  
DE MINAS GERAIS: CASO DE OURO FINO ATÉ O SÉCULO XXI***

**Campinas**

**2025**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
ESCOLA DE ECONOMIA E NEGÓCIOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
JULIANA VERONEZ JUNQUEIRA**

**A ECONOMIA CAFEEIRA E SEU IMPACTO NAS CIDADES DO SUL  
DE MINAS GERAIS: CASO DE OURO FINO ATÉ O SÉCULO XXI**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas da Escola de Economia e Negócios da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência parcial para obtenção do grau de graduação.

Orientador: Prof. Me. Duncan Chaloba

**CAMPINAS  
2025**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**ESCOLA DE ECONOMIA E NEGÓCIOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
JULIANA VERONEZ JUNQUEIRA**

**A ECONOMIA CAFEIRA E SEU IMPACTO NAS CIDADES DO SUL  
DE MINAS GERAIS: CASO DE OURO FINO ATÉ O SÉCULO XXI**

Monografia defendida e aprovada em  
\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ pela  
comissão examinadora:

---

Prof. Me. Duncan Chaloba  
Orientador e presidente da comissão  
examinadora.  
Pontifícia Universidade Católica de  
Campinas

---

Prof. Dr. Izaias De Carvalho Borges  
Pontifícia Universidade Católica de  
Campinas

**Campinas  
2025**

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI  
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Veronez Junqueira, Juliana

A economia cafeeira e seu impacto nas cidades do Sul de Minas Gerais : caso de Ouro Fino até o século XXI / Juliana Veronez Junqueira. - Campinas: PUC-Campinas, 2025.

58 f.

Orientador: Duncan Chaloba. Coorientador: Izaias De Carvalho Borges

TCC (Bacharelado em Ciências Econômicas ) - Faculdade de Ciências Econômicas , Escola de Economia e Negócios, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2025. Inclui bibliografia.

1. Café. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Café. I. Chaloba, Duncan. II. De Carvalho Borges , Izaias III. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Economia e Negócios. Faculdade de Ciências Econômicas . IV. Título.

Dedico este estudo, principalmente, ao meu pai, à minha mãe e à minha irmã, que sempre me incentivaram a perseguir meus sonhos e a voar alto.

Também dedico a todos aqueles que fizeram parte da minha criação — eu sou um pouco de cada um de vocês.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, à minha mãe, Selma, e ao meu pai, Juliano, porque nada disso existiria sem o amor, o esforço e a esperança que sempre depositaram em mim. Obrigada por acreditarem nos meus sonhos mesmo quando eles pareciam grandes demais — e por me ensinarem que voar alto sempre vale a pena.

À minha irmã, Rafaella, sou grata pelas risadas que atravessaram quilômetros e pelos momentos simples que, mesmo à distância, sempre aqueceram o coração.

Minha gratidão também à minha Vó Irma, cuja sabedoria, carinho e delicadeza moldaram partes essenciais de quem sou. Obrigada por cada ensinamento — inclusive o de carregar elegância na alma.

Agradeço ao Professor Dr. Duncan, cuja orientação paciente, precisa e generosa tornou este trabalho possível. Cada correção foi um convite ao amadurecimento acadêmico, e cada palavra de incentivo, um impulso essencial.

Às amigas de infância — Maria Clara, Júlia Rigotto, Júlia Garcia e Lais — deixo meu carinho eterno. Crescemos lado a lado, seguimos caminhos distintos, mas nunca deixamos de ser presença, apoio e abrigo umas para as outras. Meu agradecimento também à Thaís, que esteve comigo nos bons e nos maus momentos e me ofereceu sempre os melhores conselhos.

Por fim, agradeço às amigas da faculdade, Leticia e Marina, que estiveram comigo desde o primeiro dia desta jornada. Vocês tornaram o caminho mais acolhedor, mais divertido e muito mais significativo.

## RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar o papel da cafeicultura no desenvolvimento econômico, social e urbano do município de Ouro Fino, localizado no Sul de Minas Gerais, região reconhecida pela excelência na produção de café arábica. O estudo busca compreender como o cultivo do café contribuiu para moldar a estrutura produtiva, a infraestrutura e a organização social da cidade desde o século XIX, evidenciando seus efeitos históricos e contemporâneos sobre o território. A pesquisa adota uma abordagem histórico-estrutural, baseada em dados secundários e em análise bibliográfica de obras sobre a formação econômica brasileira. Foram utilizados indicadores e relatórios de instituições oficiais de agricultura, abastecimento e estatística, bem como documentos municipais que tratam de políticas públicas voltadas ao setor cafeeiro. Os resultados apontam que o café foi o principal vetor de integração econômica e modernização de Ouro Fino, impulsionando a expansão urbana, o surgimento de famílias influentes ligadas à produção agrícola e o fortalecimento do comércio e dos serviços locais. Entre os anos de 2016 e 2025, observou-se aumento contínuo da área cultivada, da produtividade e do volume de produção, acompanhado pela criação de políticas de incentivo e de valorização do café como patrimônio cultural e econômico da cidade. Conclui-se que a cafeicultura em Ouro Fino ultrapassa o caráter agrícola, constituindo um sistema econômico, social e cultural integrado que preserva práticas tradicionais, promove o desenvolvimento sustentável e reforça a identidade local. O município representa um exemplo de como o café, historicamente enraizado na formação econômica de Minas Gerais, permanece como elemento estratégico para o desenvolvimento regional e para a valorização das economias locais.

**Palavras-chave:** Café; Desenvolvimento regional; Ouro Fino; Economia mineira; Sustentabilidade

## ABSTRACT

This monograph aims to analyze the role of coffee cultivation in the economic, social, and urban development of the municipality of Ouro Fino, located in the southern region of Minas Gerais, an area recognized for its excellence in the production of Arabica coffee. The study seeks to understand how coffee growing has shaped the city's productive structure, infrastructure, and social organization since the nineteenth century, highlighting its historical and contemporary effects on the territory. The research adopts a historical-structural approach, based on secondary data and bibliographical analysis of works related to the economic formation of Brazil. It uses indicators and reports from official agricultural, supply, and statistical institutions, as well as municipal documents addressing public policies directed toward the coffee sector. The results indicate that coffee has been the main driver of Ouro Fino's economic integration and modernization, fostering urban expansion, the emergence of influential families linked to agricultural production, and the strengthening of local trade and services. Between 2016 and 2025, there was a continuous increase in cultivated area, productivity, and production volume, accompanied by the creation of incentive policies and initiatives aimed at valuing coffee as both a cultural and economic heritage of the city. It is concluded that coffee cultivation in Ouro Fino goes beyond its agricultural dimension, forming an integrated economic, social, and cultural system that preserves traditional practices, promotes sustainable development, and reinforces local identity. The municipality stands as an example of how coffee, historically rooted in the economic formation of Minas Gerais, remains a strategic element for regional development and the enhancement of local economies.

**Keywords:** Coffee; Regional development; Ouro Fino; Minas Gerais economy; Sustainability.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**BCB:** Banco Central do Brasil

**CNC:** Conselho Nacional do Café

**CONAB:** Companhia Nacional de Abastecimento

**EMATER-MG:** Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

**EMBRAPA:** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**FAO:** Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICO:** International Coffee Organization (Organização Internacional do Café)

**IF Sul de Minas:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

**MAPA:** Ministério da Agricultura e Pecuária

**OCB:** Organização das Cooperativas Brasileiras

**OCEMG:** Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais

**OIC:** Organização Internacional do Café

**ONU:** Organização das Nações Unidas

**PIB:** Produto Interno Bruto

**PROCAFÉ:** Programa de Desenvolvimento da Cafeicultura de Minas Gerais

**SEAPA:** Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais

**SEBRAE:** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**UFMG:** Universidade Federal de Minas Gerais

**VBP:** Valor Bruto da Produção

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>11</b>
<b>Desenvolvimento</b> .....	<b>16</b>
<b>A origem e difusão global do café</b> .....	<b>31</b>
<b>Introdução do café no Brasil</b> .....	<b>34</b>
<b>Formação da economia cafeeira no Sudeste (Rio de Janeiro e Vale do Paraíba)</b> .....	<b>40</b>
<b>Deslocamento do eixo cafeeiro para São Paulo e Sul de Minas Gerais</b> .....	<b>42</b>
<b>Industrialização do Brasil</b> .....	<b>52</b>
<b>Linha do tempo histórica de Ouro Fino: da Mineração à Cafeicultura Contemporânea</b> .....	<b>55</b>
Da mineração ao surgimento do núcleo urbano .....	55
A transição para a agricultura e a pecuária .....	56
A chegada e disseminação da cafeicultura.....	56
Modernização, crises e resiliência produtiva .....	57
A cafeicultura contemporânea e o posicionamento de Ouro Fino no Sul de Minas Gerais.....	57
<b>Análise de dados e indicadores</b> .....	<b>59</b>
<b>Análise da Evolução da área colhida de Café no Brasil, na Mesorregião Sul/Sudeste de Minas Gerais e em Ouro Fino</b> .....	<b>59</b>
Comportamento da área colhida de café no Brasil (2012 – 2024).....	59
A mesorregião Sul/Sudeste de Minas Gerais e seu papel estruturante .....	60
Ouro Fino (MG): entre a volatilidade conjuntural e a consolidação estrutural.....	61
Comparativo Regional da Cafeicultura no Sul de Minas Gerais.....	65
<b>Incentivos à cafeicultura em Ouro Fino e no Sul de Minas Gerais</b> .....	<b>67</b>
<b>Impactos Diretos e Indiretos da Economia Cafeeira no Desenvolvimento de Ouro Fino</b> .....	<b>69</b>
Impactos Diretos da Economia Cafeeira em Ouro Fino .....	69
Impactos Indiretos da Economia Cafeeira em Ouro Fino.....	70
<b>Considerações Finais</b> .....	<b>73</b>
<b>Referências bibliográficas utilizadas</b> .....	<b>77</b>

## Introdução

A atividade cafeeira ocupa posição central na estrutura produtiva do Sul de Minas Gerais, sendo responsável por impulsionar o desenvolvimento econômico e a organização territorial da região desde o século XIX. Sendo assim, mais do que um produto agrícola, o café consolidou-se como um elemento estruturante das relações sociais, da ocupação do espaço e da formação das economias locais, especialmente em municípios cuja trajetória histórica está diretamente associada ao cultivo e ao beneficiamento do grão. Nesse sentido, estudar a cafeicultura significa compreender dinâmicas de modernização, transformação produtiva e permanência de práticas culturais que marcaram o processo de desenvolvimento regional.

O município de Ouro Fino, inserido nesse contexto, destaca-se como um caso emblemático da influência exercida pelo café na configuração econômica e social do território. Após o declínio do ciclo minerador, a cidade redefiniu sua base produtiva com a expansão das lavouras de café, que, ao longo dos anos, passaram a orientar o crescimento urbano, a articulação comercial, as formas de organização do trabalho e a própria identidade local. Na contemporaneidade, a cafeicultura permanece como atividade econômica fundamental, apresentando expansão de área cultivada, aumento de produtividade, modernização tecnológica e crescente articulação com mercados diferenciados, como o de cafés especiais.

Diante de todo esse cenário, esse estudo busca responder a seguinte questão central: Como a economia cafeeira influenciou o desenvolvimento socioeconômico de Ouro Fino ao longo do tempo e quais fatores determinaram sua continuidade e relevância na economia local nos dias atuais?

O objetivo geral do estudo apresentado é:

- I. Demonstrar como a economia cafeeira contribuiu historicamente e ainda é essencial para o desenvolvimento econômico da cidade de Ouro Fino;
- II. Investigar os impactos do setor cafeeiro em diferentes períodos na cidade de Ouro Fino, evidenciando sua influência na criação de empregos, no desenvolvimento de infraestrutura e no fortalecimento do comércio local das pequenas cidades do sul de Minas, tal como Ouro

Fino.

Ademais, a análise, também busca trazer o papel do café como um elemento de identidade cultural e fonte de renda na cidade sul mineira, Ouro Fino.

Para ser possível alcançar o objetivo geral da pesquisa é necessário dividi-los em alguns objetivos específicos, os quais são:

1. Investigar e resumir o histórico da economia cafeeira e seu papel no desenvolvimento inicial de Ouro Fino

Com esse objetivo será possível examinar o processo histórico de introdução e expansão do cultivo de café de Ouro Fino, identificando os principais fatores que impulsionaram essa atividade e como ela foi fundamental para o desenvolvimento econômico e estrutural da cidade. Com o intuito de que, a partir de uma análise histórica, será possível compreender como o café se tornou um dos pilares da economia local, promovendo a geração de renda e a criação de infraestrutura básica, como estradas e centros de armazenamento, necessários para escoar a produção

2. Analisar o impacto do café na configuração econômica e social na atualidade da cidade de Ouro Fino, considerando seus efeitos na geração de empregos, no comércio local e na renda das famílias

Esse objetivo se concentrará no papel contemporâneo da economia cafeeira na cidade, avaliando a sua importância para a geração de empregos, manutenção da renda e fortalecimento do comércio local. Assim, será feita uma análise dos dados econômicos atuais, assim como entrevistas com produtores e comerciantes locais, a fim de mensurar o peso do café para a economia de cidades como Ouro Fino e sua relevância como fonte de sustento para muitas famílias da região. Ademais, a análise também incluirá o papel de cooperativas e associações de produtores de café na garantia de uma base econômica mais estável para a comunidade, apontando como ela pode contribuir para o desenvolvimento local.

### 3. Investigar a influência da economia cafeeira no desenvolvimento da infraestrutura e do comércio local

O foco deste objetivo é examinar como a economia cafeeira contribuiu para o desenvolvimento de infraestrutura de Ouro Fino, incluindo estradas, transportes, instalações de processamento e locais de comercialização. De modo que, também será avaliado o impacto do café na criação e manutenção de empresas comerciais locais, como lojas, mercados e serviços, que surgiram para atender às necessidades dos trabalhadores e produtores do setor cafeeiro. Com isso, busca-se demonstrar como o café atuou como catalisador para o crescimento do comércio e para a melhoria da infraestrutura urbana na cidade.

O presente estudo se justifica pela relevância histórica e econômica da cafeicultura na formação do território brasileiro e, em especial, na consolidação das pequenas cidades do Sul de Minas Gerais. O café não apenas estruturou a base produtiva do país ao longo dos séculos XIX e XX, como também desempenhou papel fundamental na modernização da infraestrutura, na urbanização e na integração do interior ao mercado nacional.

Em Ouro Fino, o estudo adquire importância singular, pois permite compreender a transição econômica vivenciada pela cidade — que inicialmente se desenvolveu a partir da mineração, mas teve na cafeicultura o principal motor de sua expansão territorial e urbana. A produção de café transformou a estrutura local, promovendo a criação de armazéns, ferrovias e novas dinâmicas comerciais que consolidaram o município como polo de serviços e de circulação de riquezas na região.

Além de resgatar esse legado histórico, a pesquisa contribui para a reflexão sobre o potencial atual da cafeicultura como vetor de desenvolvimento regional sustentável, especialmente diante de desafios contemporâneos como a diversificação produtiva, o turismo rural e a valorização de práticas agrícolas mais justas e ambientalmente responsáveis. Dessa forma, este trabalho busca não apenas compreender o passado econômico de Ouro Fino, mas também oferecer subsídios para políticas públicas, estudos e ações que valorizem sua identidade histórica e fortaleçam sua economia local.

A metodologia utilizada para alcançar o objetivo geral e cumprir os objetivos específicos, a pesquisa adotará uma abordagem mista, combinando análise bibliográfica com coleta de dados estatísticos, base quantitativas.

- **Objetivo Específico 1:** Será realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a história do café e sua importância para pequenos centros do sul mineiro, tal como Ouro Fino. Fontes acadêmicas, tais como livros, pesquisas e estudos, documentos históricos e publicações sobre a economia cafeeira de Minas Gerais servirão como base para entender a introdução e expansão do café na cidade.
- **Objetivo Específico 2:** A análise de dados qualitativos econômicos, isto é, informações numéricas sobre produção, exportação e geração de renda, e sociais, as quais são, aspectos relacionados às condições de trabalho, impacto na qualidade de vida e percepções da população. De maneira que, será feita a partir de fontes oficiais, como o IBGE, e de dados municipais, visando identificar a relevância do setor cafeeiro para a economia de cada cidade estudada em específico.
- **Objetivo Específico 3:** A relação entre o café e o desenvolvimento urbano será investigada por meio da análise de documentos locais, como planos municipais de desenvolvimento, além disso também será utilizado dados fornecidos pelo IBGE e CONAB. De modo que, essas pesquisas poderão trazer relatos sobre como o café impulsionou a criação de infraestrutura, como estradas e centros de comércio.

Evidencia-se que o desenvolvimento socioeconômico de Ouro Fino foi impulsionado de maneira significativa pela economia cafeeira desde sua introdução na região, configurando-se como um vetor central na formação de sua infraestrutura urbana, na diversificação de atividades econômicas e na consolidação de sua identidade cultural. Historicamente, a cafeicultura atuou como elemento estruturante da economia local, gerando encadeamentos produtivos para frente e para trás — envolvendo transporte, comércio, serviços financeiros, cooperativismo e turismo rural — e promovendo transformações sociais, como a fixação populacional no campo e o fortalecimento de vínculos comunitários. Mesmo diante de mudanças

macroeconômicas, desafios ambientais, oscilações de preços no mercado internacional e avanços tecnológicos, sustenta-se que o setor cafeeiro ainda representa um dos pilares da economia e da identidade cultural de Ouro Fino, mantendo relevância estratégica no contexto contemporâneo tanto pela geração de renda e empregos quanto pela preservação de práticas culturais e pela inserção competitiva da cidade em mercados nacionais e internacionais, especialmente no segmento de cafés especiais e certificados.

A presente monografia está estruturada em três capítulos principais. O primeiro capítulo corresponde à introdução e apresentação do tema, onde são expostos o contexto histórico e a relevância da economia cafeeira para o Brasil e em cidades do sul de Minas Gerais, em especial, para a cidade de Ouro Fino, bem como o problema de pesquisa, a hipótese, os objetivos e a metodologia adotada. O segundo capítulo compreende o desenvolvimento teórico e histórico, abordando a evolução da cafeicultura no Brasil, seu processo de expansão geográfica, os fatores que favoreceram sua consolidação no Sul de Minas e os impactos econômicos, sociais e culturais verificados em Ouro Fino ao longo do tempo, com base em referências bibliográficas especializadas. Por fim, o terceiro capítulo apresenta a análise de dados e resultados, reunindo informações estatísticas, indicadores econômicos e evidências empíricas sobre a importância atual da cafeicultura para o município, interpretando-os à luz do referencial teórico discutido nos capítulos anteriores e avaliando a permanência e a relevância estratégica do setor no contexto contemporâneo.

## Desenvolvimento

A produção de café no Brasil desempenha um papel crucial, tanto econômica como social, desde o século XIX, período em que o país se consolidou como o maior produtor mundial da commodity, de modo que a cafeicultura passou a ser a principal atividade econômica do país, responsável por grande parte das exportações, pela geração de empregos no campo e nas cidades, segundo informações fornecidas pelo Ministério de Agricultura e Pecuária (MAPA, 2023), em seu relatório anual sobre a produção do café no Brasil. De acordo com a Organização Internacional do Café (OIC, 2023), o Brasil continua liderando a produção global, correspondendo por aproximadamente 37% do mercado mundial. Essa liderança consolidou o país como um dos principais exportadores agrícolas do mundo, gerando importantes receitas com exportações, além de movimentar setores logísticos, industriais (torrefações e embalagem), comerciais (com a atuação de casas exportadoras e armazéns de beneficiamento) e financeiros, impulsionando bancos e instituições de crédito que viabiliza o financiamento da produção e do comércio internacional do café. A cadeia logística foi diretamente beneficiada, já que o escoamento do café demandava a construção de ferrovias, portos e armazéns especializados, como o Porto de Santos e a Estrada de Ferro Mogiana, que integravam regiões produtoras ao mercado externo (Furtado, 1959). No setor industrial, segundo Celso Furtado (1959), destacavam-se as torrefações e as fábricas de embalagem, responsáveis por dar forma final ao produto antes de sua comercialização, sobretudo em mercados urbanos internos e externos. Já no comércio, o café movimentava casas exportadoras, corretoras e armazéns, fortalecendo cidades como Rio de Janeiro, Santos e São Paulo como centros de intermediação. Finalmente, o setor financeiro também se expandiu, uma vez que a atividade cafeeira exigia crédito, seguros e operações de câmbio, estimulando bancos nacionais e estrangeiros a ampliarem sua presença no Brasil.

Ainda hoje, o café responde por uma parcela significativa do PIB agrícola e é responsável por certa de milhões de empregos diretos e indiretos no país (MAPA, 2023). Nesse sentido, segundo dados obtidos pelo Embrapa (2022), os empregos diretos estão ligados às lavouras e ao beneficiamento inicial, envolvendo trabalhadores rurais, técnicos agrícolas e cooperativas de produtores. Já os

empregos indiretos abrangem uma ampla rede de atividades (Embrapa, 2022): transporte e logística (ferrovias, rodovias, portos), indústria de torrefação e moagem, fabricação de embalagens, comércio atacadista e varejista, exportadoras, além de serviços financeiros e de pesquisa tecnológica voltados para a cafeicultura. Segundo dados do Conselho Nacional do Café (CNC, 2023) e da Organização Internacional do Café (ICO, 2022), estima-se que a cadeia produtiva do café empregue cerca de 8,4 milhões de pessoas no Brasil, considerando todas essas etapas. Esse número reforça o papel estratégico do setor não apenas na economia agrícola, mas também na geração de renda e inclusão social em diversas regiões produtoras.

Historicamente, o café esteve associado não só ao desenvolvimento econômico de grandes centros urbanos, mas também ao desenvolvimento de cidades menores, que se beneficiaram dessa atividade para construir suas estruturas sociais, econômicas e culturais (Silva, 2012). Essas estruturas envolvem, por exemplo, a criação de armazéns de estocagem, estradas de escoamento da produção, surgimento de cooperativas rurais, geração de empregos agrícolas, surgimento de escolas agrícolas e a promoção de eventos culturais ligados à colheita e ao consumo do café. Segundo Furtado, (2007), a economia cafeeira permitiu a interiorização do desenvolvimento econômico brasileiro. Nesse sentido, cidades menores passaram a desenvolver estruturas econômicas e sociais mais complexas a partir da produção do café, que exigia infraestrutura, serviços de apoio, mão de obra e logística. A cidade de Ouro Fino, em Minas Gerais, representa um desses pequenos centros cujo desenvolvimento esteve profundamente vinculado à economia cafeeira.

Estudos como o de Araújo (2019) destacam que a cafeicultura foi responsável por impulsionar a geração de empregos e a infraestrutura local ao longo do século XX, por meio da criação de lavouras comerciais, do desenvolvimento de armazéns para armazenamento do grão e da necessidade de mão de obra especializada, como, por exemplo, classificadores de café, mestres de beneficiamento e técnicos agrícolas, o que fomentou o crescimento econômico regional. Esse impacto se deu por meio da construção de armazéns de estocagem, estradas vicinais e ferrovias voltadas ao escoamento da produção. No caso do Sul de Minas, a Estrada de Ferro Mogiana (inaugurada em 1872 e ampliada para a região nas décadas seguintes) foi essencial para integrar cidades produtoras, como Ouro Fino, ao eixo paulista,

permitindo o transporte eficiente do café até Campinas e, posteriormente, ao Porto de Santos (Araújo, 2019). Em Ouro Fino, armazéns de grãos começaram a ser erguidos próximos à estação ferroviária, centralizando a logística local e favorecendo o comércio urbano. Além disso, surgiram pequenas indústrias ligadas ao beneficiamento, como secadores mecânicos e torrefadoras artesanais, que atendiam tanto ao consumo interno quanto à preparação do café para exportação. Essas estruturas demonstram como a cafeicultura não se limitou ao campo, mas reconfigurou o espaço urbano e industrial, criando novos polos de trabalho e investimento. A necessidade de mão de obra especializada atraiu não apenas trabalhadores rurais, mas também técnicos, comerciantes e profissionais que se fixaram na cidade em busca de oportunidades ligadas à cafeicultura. Desse modo, esse movimento populacional ampliou a demanda por serviços urbanos, impulsionando a instalação de escolas agrícolas, voltadas à formação de classificadores e técnicos em cultivo; postos de comercialização, que ligavam diretamente os produtores ao mercado; e cooperativas rurais, que passaram a oferecer crédito, assistência técnica e canais de exportação coletiva. Em cidades como Ouro Fino, esse processo gerou a expansão de bairros próximos às estações ferroviárias, dinamizou o comércio local e reforçou a função da cidade como polo de serviços para a zona rural. Com isso, a atividade cafeeira foi além da agricultura, promovendo modernização urbana e dinamização econômica regional (Silva, 2012).

Sobretudo, é importante destacar que o setor cafeeiro foi responsável por impulsionar o desenvolvimento da infraestrutura e logística e urbana em diversas regiões do Brasil, especialmente no Sudeste e Sul de Minas (Araújo, 2019). Em Ouro Fino, a cafeicultura exigiu a construção de estradas, armazéns, estações de carga e ferrovias como a Estrada de Ferro Oeste de Minas (1981), facilitando o transporte do café até os portos exportadores (Araújo, 2019). Nesse sentido, esse processo não apenas viabilizou o comércio exterior, mas, também, integrou economicamente o interior ao litoral, gerando efeitos multiplicadores sobre outros setores, como o comércio, os serviços financeiros e a urbanização. De modo que, o dinamismo da cafeicultura, ao demandar transporte eficiente, estimulou a expansão das ferrovias – como a Estrada de Ferro Mogiana, em Minas Gerais e São Paulo - e da navegação de cabotagem; ao movimentar grandes volumes de mercadorias e capital, fortaleceu o comércio atacadista e varejista, e pela necessidade de crédito e operações de

câmbio, impulsionou o crescimento de bancos e casas financeiras nacionais e estrangeiras. Além disso, a prosperidade gerada pelo café aumentava a renda das regiões produtoras, que passavam a consumir mais bens e serviços urbanos, como escolas, hospitais, hotéis e atividades culturais, alimentando um ciclo de crescimento. Em outras palavras, a riqueza do café não se restringiu às lavouras, mas se desdobrou em encadeamentos produtivos que diversificaram a economia brasileira e ampliaram a urbanização. Assim o café contribuiu significativamente para a estruturação econômica das cidades pequenas e médias, como Ouro Fino, tal como discutido por (Araújo,2019).

Desse modo, tem-se que a questão central desse trabalho consiste em compreender de que forma a economia cafeeira moldou o desenvolvimento socioeconômico das cidades da região do sul de Minas Gerais, em específico Ouro Fino, ao longo do tempo e se essa atividade ainda sustenta, nos dias atuais, a base econômica e identitária do município. Assim, a problemática do tema reside no desafio de avaliar se os impactos positivos gerados historicamente pela cafeicultura – como a criação de infraestrutura e estímulo ao comércio local – permanecem relevantes em um cenário de transformações econômicas, exigências ambientais e pressões do mercado global. Nesse sentido, busca-se investigar se o setor cafeeiro segue sendo um vetor de desenvolvimento sustentável para a cidade, ou se enfrenta limites estruturais que comprometem sua continuidade e protagonismo.

O objetivo desta pesquisa é explorar como o café impulsionou a economia local de Ouro Fino, fornecendo uma análise dos impactos passados e presentes, e ressaltando sua relevância no contexto atual da cidade. Atualmente, o setor cafeeiro continua sendo uma das principais atividades econômicas em Ouro Fino, movimentando desde pequenos produtores até cooperativas regionais. Agora, economicamente, o café representa uma importante fonte de renda para as famílias produtoras, especialmente as de pequeno e médio porte, que dependem da atividade para manter seu sustento ao longo do ano (Embrapa, 2022). Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG, 2023), mais de 70% dos produtores de café no Sul de Minas se enquadram na categoria de agricultura familiar, o que demonstra a relevância da cultura para a economia local e a estabilidade das comunidades rurais. Além disso, a comercialização do grão movimenta a economia local por meio da geração de

tributos municipais, que reforçam a arrecadação pública e possibilitam investimentos em áreas como infraestrutura, educação e saúde. Como destaca Silva (2012), a cafeicultura no Sul de Minas não apenas estruturou a produção agrícola, mas também contribuiu decisivamente para o fortalecimento da receita pública local, permitindo que os municípios direcionassem recursos para a melhoria de serviços e para a consolidação de sua base urbana.

No campo social, a cafeicultura garante empregos tanto sazonais — especialmente durante os períodos de colheita e beneficiamento — quanto permanentes, como nas cooperativas, torrefadoras e estabelecimentos comerciais relacionados. De acordo com o Conselho Nacional do Café (CNC, 2023), a cadeia produtiva do café é uma das maiores geradoras de empregos no agronegócio brasileiro, envolvendo milhões de trabalhadores diretos e indiretos em todas as etapas, desde a produção até a comercialização. Ademais, com base em dados do IBGE (2017), a atividade cafeeira em municípios como Ouro Fino está entre as principais responsáveis pela ocupação da população rural. Esse setor também promove a integração comunitária ao reunir produtores, famílias e trabalhadores em torno de práticas tradicionais, como a colheita manual dos grãos maduros, a secagem em terreiros, o beneficiamento artesanal e as festas da colheita, que celebram a produção anual. Essas atividades fortalecem o vínculo com a terra, preservam saberes transmitidos entre gerações e reforçam o senso de pertencimento das comunidades cafeeiras. Por fim, o café sustenta eventos culturais e turísticos ligados à identidade local, como feiras, festivais e circuitos rurais, que valorizam o patrimônio histórico e estimulam o turismo regional, conforme apontado por Araújo (2019) em seu estudo sobre o papel social da cafeicultura em pequenas cidades mineiras.

A cidade de Ouro Fino também se beneficia do turismo rural vinculado à cafeicultura, especialmente por meio da criação de rotas do café, visitas a fazendas, mercados de produtos típicos e experiências sensoriais ligadas ao cultivo e preparo do grão (SEBRAE, 2021). Nesse contexto, essas atividades têm contribuído para diversificar a base econômica local, promovendo a geração de renda fora do ciclo agrícola tradicional e estimulando o empreendedorismo em setores como gastronomia, artesanato, hotelaria e serviços de guia turístico. Segundo o Governo de Minas Gerais (2022), eventos como a Semana Internacional do Café e o projeto

"Rota do Café Especial" têm fortalecido a imagem do estado como referência em turismo agroindustrial, ampliando a visibilidade de municípios produtores, incluindo aqueles de pequeno porte como Ouro Fino. Araújo (2019) destaca que, em cidades mineiras com forte vocação cafeeira, o turismo rural tornou-se uma importante estratégia de valorização da cultura local e de integração entre o meio rural e urbano. Nesses contextos, a cafeicultura atua não apenas como base agrícola, mas como catalisadora de experiências culturais e econômicas compartilhadas, que reforçam o sentimento de pertencimento da comunidade e promovem a circulação de visitantes em busca de autenticidade e contato com a história da produção de café. Já Matos e Lindner (2020) destacam que a expansão da cafeicultura no Sul de Minas foi acompanhada por melhorias nas condições de vida, na educação rural e na organização comunitária dos produtores. O aumento da renda familiar proporcionado pela atividade cafeeira permitiu avanços em infraestrutura básica, como acesso à eletricidade, estradas vicinais e saneamento. Na educação, a valorização da agricultura incentivou a oferta de cursos técnicos voltados ao setor, promovidos por instituições como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) e por cooperativas locais. Em relação à organização comunitária, o fortalecimento do cooperativismo possibilitou maior acesso a crédito, assistência técnica e programas de capacitação, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais (EMATER-MG, 2023).

A economia cafeeira em Ouro Fino promoveu a criação de empregos, investimentos em infraestrutura e o fortalecimento do comércio local por meio do aumento da demanda por bens e serviços, tais como transportes de cargas, oficinas agrícolas, lojas de ferramentas e fertilizantes, e serviços bancários voltados ao crédito rural (Silva, 2012). A partir da década de 1880, com o avanço da fronteira agrícola para o interior de Minas Gerais, após o esgotamento das lavouras do Vale do Paraíba, Ouro Fino passou a integrar uma nova dinâmica econômica regional, impulsionada pela cafeicultura (Martins, 2005). Nesse período, a expansão das lavouras de café exigiu a contratação de mão de obra para preparo do solo, plantio e colheita, criando uma dinâmica particular no mercado de trabalho rural. Durante a colheita, por exemplo, havia forte demanda por trabalhadores sazonais, que vinham de outras localidades e se estabeleciam temporariamente nas fazendas. Já ao longo do ano, funções permanentes eram mantidas para cuidar das lavouras, operar

maquinários de beneficiamento, classificar os grãos e transportar a produção até os armazéns e estações ferroviárias. Essa combinação de empregos sazonais e permanentes não apenas movimentava a economia local, mas também contribuiu para a fixação de famílias em Ouro Fino e no Sul de Minas, favorecendo o crescimento urbano e a integração social em torno da cafeicultura (Silva, 2012). Simultaneamente, a necessidade de escoamento da produção incentivou obras de infraestrutura, como a abertura de estradas e a futura integração da cidade à malha ferroviária da Estrada de Ferro Oeste de Minas. O comércio local também se reestruturou, surgindo novos estabelecimentos voltados ao abastecimento dos produtores rurais, como armazéns de secos e molhados, casas de crédito e serviços especializados em maquinário agrícola. Esses elementos demonstram como a economia cafeeira passou a estruturar, de forma progressiva, a base econômica e urbana da cidade a partir do final do século XIX (Araújo, 2019). Tendo isso em vista, nota-se que essa diversificação de atividades contribuiu para o dinamismo econômico da cidade, como destacam Matos e Lindner (2020), ao analisarem que a cafeicultura no Sul de Minas impulsionou o comércio, os serviços e a urbanização regional.

A expansão da cafeicultura impulsionou a construção de estradas, sobretudo vicinais, que ligavam as zonas de produção às áreas urbanas e às estações ferroviárias mais próximas, permitindo o escoamento do café até os centros de beneficiamento e, posteriormente, aos portos exportadores. Em Ouro Fino, essas vias desempenharam papel fundamental na integração das propriedades rurais ao núcleo urbano, favorecendo a circulação de mercadorias, trabalhadores e insumos agrícolas. Como parte desse processo de fortalecimento da infraestrutura comercial, destaca-se a construção do Mercado Municipal de Ouro Fino em 1908, conhecido como "Mercadão", que passou a funcionar como ponto estratégico para a compra e venda de produtos agrícolas, incluindo o café, contribuindo para o dinamismo econômico local, segundo ao arquivo histórico da Prefeitura do município de Ouro Fino (Câmara Municipal de Ouro Fino, 2025). Além de atender à demanda interna, esses espaços estimularam a organização do comércio regional e o fortalecimento das redes de produtores e comerciantes (Araújo, 2019). Desse modo, para compreender esses efeitos, baseamo-nos na análise de três autores que abordam diferentes aspectos da economia cafeeira e seu impacto em Ouro Fino. Martins

(2005), Silva (2012) e Araújo (2019) são referências essenciais para este trabalho, uma vez que cada um contribui com uma perspectiva diferente sobre a relação entre o café e o desenvolvimento econômico regional.

Segundo Martins (2005), o café foi uma das principais forças econômicas do Brasil no século XIX e continuou a desempenhar um papel relevante nas décadas seguintes, especialmente em Minas Gerais, com a ampliação das lavouras, a modernização dos processos produtivos e a intensificação do comércio internacional do grão. Isso significa que o café, ao se consolidar como principal produto de exportação do Brasil no século XIX, não só movimentou a economia nacional como também provocou transformações significativas nos territórios produtores. Em Minas Gerais, a ampliação das lavouras e a modernização dos processos produtivos, como, por exemplo, o uso de máquinas de beneficiamento, secadores e a introdução de novas técnicas agrícolas, que permitiram o aumento da produtividade e da qualidade do grão. Esse crescimento gerou a necessidade de novas rotas comerciais e centros de distribuição, o que fez com que cidades menores, anteriormente rurais ou periféricas, como Ouro Fino, passassem a desempenhar papéis estratégicos na cadeia produtiva do café. O autor argumenta que o café impulsionou não apenas grandes centros urbanos, mas também cidades menores, de modo que elas se tornaram polos de produção, armazenamento e comercialização, concentrando armazéns, mercados, transportadoras, mão de obra especializada e serviços de apoio à atividade agrícola. Assim, o café foi responsável por integrar essas cidades ao mercado nacional e internacional, impulsionando sua urbanização e seu desenvolvimento econômico (Furtado, 1959).

Martins destaca que, com o surgimento da economia cafeeira, cidades como Ouro Fino viram suas estruturas produtivas e sociais se transformar. As estruturas produtivas referem-se ao modo como os recursos econômicos são organizados para gerar bens e serviços, segundo ao autor Celso Furtado (1959). No caso de Ouro Fino, a introdução e posterior expansão da cafeicultura resultaram na reorganização da base econômica local, com a substituição de cultivos de subsistência por lavouras comerciais, a adoção de tecnologias agrícolas como secadores e beneficiadoras, e a criação de uma cadeia produtiva ligada ao café, que inclui transporte, comercialização e exportação. Dados da EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, 2023) indicam

que a cidade conta atualmente com mais de 4 mil hectares dedicados à cafeicultura, envolvendo centenas de produtores familiares, o que evidencia a especialização produtiva da região. Já as estruturas sociais dizem respeito às relações entre os diferentes grupos da sociedade e às instituições que os conectam. A atividade cafeeira exigiu a formação de uma nova divisão do trabalho, o aumento da população rural empregada, o surgimento de núcleos familiares dedicados à agricultura do café, além do fortalecimento do cooperativismo como forma de organização comunitária. O Censo Agropecuário do IBGE (2017) mostra que a cafeicultura é responsável por uma parcela significativa da ocupação no meio rural de Ouro Fino, contribuindo para a fixação das famílias no campo e para o fortalecimento das redes locais de produção. Como exemplo concreto, pode-se citar o surgimento de cooperativas rurais, como a Cooxupé e a Coapeja, e a ampliação do acesso a serviços como crédito agrícola, educação técnica e infraestrutura de apoio, que reconfiguraram o papel social do agricultor na cidade e consolidaram o café como base econômica e identitária de Ouro Fino. O café atraiu mão de obra, investimentos e comerciantes, o que gerou uma base econômica estável, capaz de sustentar obras de infraestrutura, como estradas carroçáveis, armazéns de beneficiamento e pequenas instalações comerciais no entorno das fazendas. Dessa forma, a análise de Martins (1990) será utilizada nesta pesquisa para contextualizar o início do desenvolvimento econômico de Ouro Fino, demonstrando como a economia cafeeira moldou as bases da cidade, não apenas do ponto de vista produtivo, mas também na sua infraestrutura e organização social.

Além disso, a obra de Martins (2005) permite compreender a transição da economia cafeeira nas pequenas cidades, que passou de um modelo baseado em mão de obra intensiva e produção manual para um modelo mais mecanizado, especializado e voltado para o mercado externo. O autor mostra como o ciclo do café impactou de forma duradoura essas localidades, especialmente no que diz respeito à infraestrutura, à organização do trabalho e à dependência econômica da atividade. Essa dependência se expressa no fato de que grande parte da economia local gira em torno da cafeicultura: a renda das famílias, o movimento do comércio, a arrecadação municipal, os empregos diretos e indiretos, e até a dinâmica social da cidade estão fortemente ligados ao sucesso ou fracasso da produção e da comercialização do café. Em períodos de safra positiva ou alta nos preços

internacionais, há aumento do consumo local e maior estabilidade econômica. Por outro lado, em cenários de crise, como por exemplo as geadas, secas prolongadas ou queda nos preços de exportação, toda a economia da cidade tende a ser afetada, demonstrando o quanto Ouro Fino permanece vulnerável às oscilações do setor cafeeiro. Martins também destaca que, embora a cafeicultura tenha sido uma grande força motriz para o desenvolvimento regional, os produtores enfrentaram diversos desafios ao longo do tempo, como a queda dos preços internacionais, o aumento dos custos de produção e a necessidade constante de adaptação às exigências do mercado global. A queda dos preços internacionais afeta diretamente os produtores, principalmente os pequenos e médios, ao reduzir a rentabilidade e dificultar o reinvestimento na lavoura. Como o café é uma commodity cotada em dólar, sua valorização depende de fatores externos e flutuações cambiais, o que gera incertezas sobre os lucros. Já o aumento dos custos de produção decorre da alta nos preços de insumos, do encarecimento do maquinário, da necessidade de mão de obra qualificada e dos investimentos exigidos para atender a certificações socioambientais, especialmente para quem busca inserção em mercados externos e de cafés especiais. Entre as principais dificuldades enfrentadas, o autor menciona a volatilidade dos preços internacionais do café, que, segundo a Organização Internacional do Café (OIC, 2023), ainda hoje representa um dos maiores riscos para a sustentabilidade do setor. Sendo que essa volatilidade diz respeito às oscilações frequentes nos preços do grão no mercado global, influenciadas por fatores como clima, demanda internacional, câmbio e especulação financeira, o que dificulta o planejamento e a estabilidade da renda dos produtores. A título de ilustração, pode-se citar as crises de superprodução ocorridas nas décadas de 1930 e 1990, bem como as frequentes oscilações cambiais que afetam a rentabilidade dos produtores. Dessa maneira, tem-se o exemplo marcante ocorrido entre 1998 e 2002, quando o Brasil enfrentou sucessivas desvalorizações do real após o fim do regime de câmbio fixo, o que elevou os custos de produção em moeda nacional e aumentou a volatilidade no setor agrícola exportador. Segundo o Banco Central do Brasil (2002), esse cenário gerou instabilidade de preços e pressionou os produtores a se adaptarem rapidamente às novas condições do mercado externo. Esses fatores forçam os cafeicultores a buscar estratégias como a diversificação da produção, por exemplo, a integração com pecuária ou hortifrúti, e o investimento em inovação tecnológica, como colheitadeiras, secadores automatizados e sistemas de

rastreabilidade digital.

Ademais, a mecanização da produção e as exigências crescentes de certificações internacionais — como a Fair Trade (comércio justo), que visa garantir preços justos aos produtores e condições dignas de trabalho, e a Rainforest Alliance, que promove práticas agrícolas sustentáveis com foco na conservação ambiental e responsabilidade social — impuseram desafios especialmente aos pequenos produtores, que passaram a necessitar de investimentos significativos em equipamentos, qualificação da mão de obra e adequação às normas ambientais e de comércio justo (Araújo, 2019). Por fim, no que se refere às mudanças na política de exportação, destaca-se a extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC) em 1989, que encerrou décadas de regulação estatal sobre os preços e volumes de exportação. Com isso, os produtores passaram a estar totalmente expostos às dinâmicas do mercado internacional, conforme analisa Silva (2012), o que aumentou a necessidade de profissionalização e organização do setor.

O conjunto de todos esses elementos será útil para analisar a resiliência da economia cafeeira nas regiões sul-mineiras, especialmente diante das transformações históricas e dos desafios contemporâneos. Esse processo de consolidação teve início ainda no final do século XIX, por volta de 1880, quando o eixo da produção cafeeira começou a se deslocar do Vale do Paraíba para o interior de Minas Gerais, em busca de solos férteis, como a terra roxa, e condições climáticas mais favoráveis (Martins, 2005). Assim, Martins fornece uma visão abrangente da evolução do café como catalisador do desenvolvimento regional, apresentando o contexto histórico necessário para a compreensão do papel atual do café na cidade de Ouro Fino e de sua importância econômica contínua.

Na sequência, o autor Silva (2012), apresenta uma perspectiva contemporânea à análise ao discutir como a economia cafeeira ainda desempenha um papel crucial para cidade de Ouro Fino. Segundo dados da EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, 2023), cerca de 30% da população rural do município está envolvido direta ou indiretamente com a cafeicultura que representa aproximadamente 60% da receita bruta da agricultura local. Nesse sentido, nota-se que, em sua obra, Silva analisa o impacto do café na geração de empregos e na renda local, destacando que, mesmo com a diversificação econômica, o café continua sendo uma atividade essencial para muitas famílias. O

autor ressalta que, em cidades como Ouro Fino, o café não é apenas uma fonte de renda, mas um elemento cultural que fortalece os vínculos comunitários e a identidade local. Segundo Silva (2012), eventos como Semana Internacional do café, realizada em Belo Horizonte. Esses eventos fortalecem o comércio local, promovem o café regional e geram visibilidade para os pequenos produtores, além de reunir produtores, comerciantes e moradores, assim promovendo não só a economia local, mas também a valorização do saber tradicional relacionado ao cultivo, colheita e preparo do café. Nesse sentido, nota-se que essas celebrações são oportunidade de transmitir valores culturais e fortalecer o sentimento de pertencimento à atividade agrícola.

Partindo disso, pode-se perceber que a contribuição de Silva (2012) é valiosa para este estudo, pois, em sua obra “O papel do café na economia contemporânea das cidades mineiras”, ele fornece dados sobre a quantidade de empregos gerados pelo setor cafeeiro e o impacto dessa atividade na economia doméstica de pequenas cidades mineiras, como Ouro Fino, Lavras, Jacutinga e Inconfidentes. Sua análise permite entender a relevância econômica do café no contexto atual, revelando como essa commodity ajuda a sustentar pequenas economias locais. Além disso, Silva (2012) discute a importância das cooperativas de café, que proporcionam uma maior estabilidade aos pequenos produtores. Isso ocorre especialmente em tempos de crise, como períodos de baixa nos preços internacionais do café, aumento no custo dos insumos agrícolas, ou eventos climáticos extremos (como geadas e secas prolongadas).

Em meio a cenários de crise, as cooperativas atuam amortecendo os impactos econômicos por meio de apoio técnico e organizacional. Elas também garantem acesso a melhores preços por meio da venda conjunta da produção em mercados mais vantajosos, reduzindo a dependência de atravessadores que pagam abaixo do valor de mercado. Além disso, negociam contratos coletivos com compradores internacionais, garantindo remuneração mais estável e previsível aos associados. Com relação aos insumos subsidiados, as cooperativas compram fertilizantes, defensivos e ferramentas em grande escala e os revendem a preços mais baixos aos produtores e, também, oferecem crédito facilitado, assistência técnica e consultorias agronômicas. Segundo o SEBRAE e a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras, 2020), as cooperativas agropecuárias exercem papel

fundamental na sustentação da renda dos pequenos produtores, especialmente em cenários de crise. Por meio da venda conjunta, acesso a insumos a preços subsidiados, negociação de contratos coletivos e apoio técnico, essas organizações contribuem para a estabilidade financeira e inserção competitiva dos cooperados em mercados nacionais e internacionais.

Esses pontos são fundamentais para a pesquisa, uma vez que possibilitam uma análise detalhada de como a economia cafeeira em Ouro Fino mantém sua importância, mesmo diante de desafios e mudanças no mercado global.

Por último, mas não menos importante, o autor Araújo (2019), aborda a relação entre a produção de café e o desenvolvimento sustentável em pequenas cidades mineiras. Sua análise parte do princípio de que o setor cafeeiro pode ser um vetor estratégico de crescimento local, desde que seja conduzido com responsabilidade ambiental, inclusão social e fortalecimento institucional. O autor explora como atividade cafeeira, quando realizada de maneira sustentável – isto é, utilizando técnicas de manejo que preservam o solo, evitam o uso excessivo de agrotóxicos, fazem uso racional da água e mantem a vegetação nativa nas propriedades rurais – contribui não só para o desenvolvimento econômico, mas também para o bem-estar social e ambiental. Além disso, de acordo com a Embrapa Café (2018) e a Organização Internacional do Café (ICO, 2020), práticas sustentáveis incluem o incentivo à agroecologia, à certificação ambiental — como a UTZ, que promove boas práticas agrícolas e rastreabilidade da produção; a Rainforest Alliance, que prioriza a conservação ambiental e o bem-estar social; e a Fair Trade, que assegura preços justos e condições de trabalho dignas aos produtores. Ao adotar essas estratégias, os cafeicultores conseguem acessar mercados diferenciados, obter melhores preços e garantir maior estabilidade financeira.

Araújo, também destaca que o fortalecimento dos laços comunitários ocorre por meio de iniciativas coletivas, como cooperativas, associações locais cafeicultores, e projetos de educação ambiental nas escolas rurais, que aproximam produtores, suas famílias e a comunidade local em torno de um modelo de desenvolvimento mais justo de duradouro. Nesse sentido, o café é entendido não apenas como uma fonte de renda, mas como um instrumento de transformação territorial, capaz de gerar empregos, manter a juventude no campo e preservar o

meio ambiente, criando condições favoráveis para a continuidade do setor cafeeiro e seus benefícios para futuras gerações.

Com isso, a perspectiva de Araújo (2019) é de notável relevância para o presente estudo, uma vez que amplia a análise econômica ao integrar fatores ambientais e sociais, permitindo uma abordagem mais abrangente sobre os efeitos da cafeicultura no desenvolvimento regional. Através de sua obra, é possível explorar como as práticas sustentáveis no cultivo do café, como o uso racional de recursos hídricos, preservação da mata nativa, manejo integrado de pragas e certificações socioambientais, contribuem para um desenvolvimento econômico mais duradouro em cidades do Sul de Minas Gerais, como Ouro Fino. Segundo a EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, 2023), municípios que investem em práticas sustentáveis apresentam melhor desempenho econômico na comercialização de cafés especiais, alcançando preços entre 20% e 50% superiores aos do mercado convencional. Araújo destaca ainda que o café sustentável agrega valor ao produto por meio da diferenciação de qualidade, da rastreabilidade e da inserção em nichos de mercado exigentes, como o de cafés especiais e exportações premium. Esse valor adicional gera maior renda para os produtores locais, promove estabilidade econômica e fortalece o vínculo entre produção e preservação ambiental. Portanto, essa visão será utilizada na presente pesquisa para avaliar se Ouro Fino adota ou não práticas sustentáveis na cafeicultura e de que maneira isso afeta sua economia e sociedade, oferecendo um panorama mais amplo sobre a relevância do café para o desenvolvimento regional sustentável.

Em síntese, ao reunir as contribuições dos autores citados acima, Martins (2005), Silva (2012) e Araújo (2019), este estudo busca uma compreensão ampla e aprofundada da importância da economia cafeeira para o desenvolvimento de Ouro Fino. Observa-se que Martins fornecerá o contexto histórico, detalhando o início da produção cafeeira e seu impacto inicial na economia local. Sendo seguido pelo autor Silva, que abordará a importância do café na economia contemporânea na cidade de Ouro Fino, com ênfase em aspectos como geração de empregos e renda. E, finalmente, Araújo, que trará uma perspectiva sobre o café e o desenvolvimento sustentável, mostrando como práticas ambientalmente conscientes podem contribuir para o fortalecimento econômico de Ouro Fino. Com base no apresentado, a

pesquisa examinará como o café moldou e continua a moldar a realidade econômica da cidade de Ouro Fino, demonstrando que essa commodity é mais do que uma simples atividade econômica, mas também é um pilar de identidade e sustentabilidade para a cidade.

Do ponto de vista dos fundamentos econômicos, a economia cafeeira pode ser analisada a partir das teorias do crescimento endógeno, isto é, teorias que explicam o crescimento econômico gerado internamente pela própria dinâmica da economia, sem depender exclusivamente de fatores externos. Esse tipo de abordagem destaca a importância de elementos como investimentos locais, capital humano, inovação tecnológica e organização produtiva como motores do desenvolvimento. Nesse contexto, a agricultura, especialmente em sua vertente exportadora, é considerada um fator essencial para impulsionar o crescimento de regiões menos desenvolvidas. Isso ocorre por meio dos chamados efeitos de encadeamento, que se referem à capacidade de uma atividade produtiva, como o cultivo de café, de estimular o surgimento e fortalecimento de setores interligados, como transporte, comércio, serviços financeiros, manufatura de insumos agrícolas e infraestrutura de escoamento. Ou seja, o crescimento é “endógeno” porque parte de dentro da própria estrutura produtiva regional. Nesse sentido, destaca Hirschman (1958) que as atividades agrícolas voltadas à exportação, como o café, geram impactos indiretos sobre outros setores, incentivando investimentos em infraestrutura, aumento da renda local e dinamização do comércio regional. Ademais, a economia cafeeira de Ouro Fino pode ser vista como um exemplo de especialização regional produtiva, conceito apresentado na Nova Geografia Econômica, do autor Krugman (1991). Segundo essa abordagem, cidades de pequeno porte podem se desenvolver a partir da concentração de uma atividade econômica estratégica, como a cafeicultura, que atrai investimentos, organiza a economia local e conecta a cidade a cadeias produtivas maiores, tanto no plano nacional quanto internacional.

Embora a cafeicultura tenha sido um dos principais motores do desenvolvimento de Ouro Fino, é necessário, também, questionar em que medida essa atividade ainda mantém sua relevância e sustentabilidade no contexto econômico atual, principalmente para compreender sua capacidade de adaptação às novas demandas do mercado e aos desafios ambientais. A economia cafeeira, ao

longo do tempo, enfrentou desafios como a volatilidade dos preços internacionais, a mecanização da produção, as exigências de certificações ambientais e as mudanças nas políticas de exportações, que impactam diretamente a competitividade dos produtores locais e a viabilidade econômica da cultura cafeeira.

## A origem e difusão global do café

O café surgiu na Etiópia, na África, de acordo com Weissman (2009), sendo utilizado inicialmente por pastores locais. A bebida se espalhou pelo mundo, no século XV, através do Oriente médio, uma vez que os árabes mantinham um rigoroso monopólio sobre o café no período. No final do século XVI e início do século XVII, os europeus começaram a conhecer o café graças aos mercadores venezianos e otomanos, e, por conta disso, o café se popularizou rapidamente na Europa, especialmente em cidades como Veneza, Londres e Amsterdã. Tendo isso, de acordo com Weissman (2009), a rápida difusão da bebida pela Europa, especialmente em cidades comerciais como Londres, Paris e Amsterdã, aumentou consideravelmente a demanda pelo produto, criando um mercado consumidor altamente lucrativo para os países colônias. Essa crescente popularidade incentivou outras nações a romper o monopólio árabe e iniciar suas próprias plantações, principalmente nas colônias tropicais.

Com a popularização do café, de acordo com Prado Júnior (1945) e Fausto (1995), como bebida social, ou seja, amplamente consumida em encontros públicos, cafés, salões e espaços de convivência, e comercial, isto é, altamente valorizada como produto de troca no comércio internacional, outras nações europeias, como França, Holanda e Inglaterra passaram a se interessar pela produção da mercadoria, tanto como fonte de receita quanto de prestígio colonial. De modo que, refere-se ao valor simbólico que o domínio sobre culturas tropicais rentáveis, como o café, conferia às potências coloniais, que viam nas colônias produtivas uma demonstração de poder econômico, controle territorial e influência política no cenário internacional da época. Esses países identificaram no café a oportunidade de diversificar suas economias coloniais e atender à crescente demanda europeia. Partindo disso, observa-se que, no ano de 1699, os holandeses conseguiram contrabandear mudas viáveis de café do porto de Moca, localizado na atual costa do Lêmen, na Península Arábica, e começaram a cultivá-las nas Índias Orientais (atual Indonésia, de acordo com Pendergrast, 2010). Com isso, foram os primeiros europeus a cultivar o grão em larga

escala fora do mundo árabe. Assim, a partir desse momento os holandeses começaram a dominar o mercado de café na Europa, substituindo o monopólio árabe, segundo Pendergrast (2010).

Essa ruptura com o monopólio árabe do café, tal como explicado por Pendergrast (2010), representa um momento importante para o início da globalização da cafeicultura. À medida que os hábitos de consumo europeus se transformavam, o café passou a desempenhar um papel não apenas econômico, mas também social, sendo associado aos espaços de sociabilidade e ao debate público, como nos famosos cafés parisienses e londrinos. Além disso, a expansão da bebida se deu em um contexto em que as potências europeias disputavam o controle de rotas comerciais e territórios coloniais. Assim, o cultivo do café passou a ser estratégico não apenas do ponto de vista comercial, mas também político. A busca por novas áreas tropicais aptas ao cultivo do café levou ao envolvimento direto das colônias na economia internacional, estabelecendo relações de dependência econômica baseadas na monocultura de exportação — modelo que mais tarde se consolidaria em países como o Brasil (Furtado, 2007). Essas relações de dependência ocorriam quando as economias coloniais se estruturavam quase exclusivamente em torno de um único produto agrícola voltado para o mercado externo, como o café. Com isso, os territórios produtores tornavam-se vulneráveis às oscilações dos preços internacionais, à demanda dos países centrais e à falta de diversificação econômica interna. Segundo Theotônio dos Santos (1978), a dependência é caracterizada por uma situação em que a economia de um país periférico é condicionada pelo desenvolvimento de outro país dominante, limitando sua autonomia e aprofundando sua subordinação às lógicas comerciais externas.

Após os holandeses conseguirem sementes de café no final do século XVII, eles estabeleceram grandes plantações em suas colônias nas Índias Orientais Holandesas, território que atualmente corresponde à Indonésia, cuja produção inicial se concentrou na ilha de Java, localizada na região central do país e que, ainda hoje, é reconhecida como uma tradicional produtora de café (Pendergrast, 2010). No entanto, com o passar do tempo e a alta demanda pelo café, os holandeses não conseguiam suprir a necessidade pela mercadoria e, como não tinham intenção de monopolizar totalmente a produção de café como os árabes tinham feito antes, tal como destaca Pendergrast (2010), eles virão a oportunidade econômica em fornecer mudas para outras nações europeias. Assim, os holandeses passaram a fornecer

mudas a altos preços ou por meio de acordos diplomáticos, esses altos preços eram cobrados principalmente de outros países europeus e comerciantes interessados em iniciar plantações nas colônias tropicais, uma vez que o café era visto como uma cultura altamente lucrativa e ainda relativamente rara fora do domínio holandês. O controle sobre as mudas dava aos holandeses uma vantagem comercial e geopolítica, e sua venda era realizada como um insumo estratégico, limitado e valorizado. A título de ilustração, tem-se o envio de uma muda ao rei Luís XIV da França, como parte de um gesto diplomático, o que permitiu a introdução do café nas colônias francesas.

Partindo desse contexto, no início do século XVIII, os holandeses ofereceram uma muda de café ao rei Luís XIV, da França, e, por volta de 1720, segundo Furtado, (1959), um oficial francês levou uma muda desse café para a colônia francesa na ilha de Martinica, no Caribe. Essa muda de Martinica deu origem a plantações de várias colônias francesas, incluindo da Guiana Francesa, localizada na costa norte da América do Sul. Ademais, segundo a Furtado (2007), como a Guiana Francesa possui um clima quente e úmido, o que favorecia a proliferação das mudas, ela se tornou o centro de produção de mudas de café. Desse modo, a colônia passou a produzir em grande escala não apenas para abastecimento próprio, mas também como ponto estratégico de distribuição de mudas para outras regiões da América do Sul. Essa condição favoreceu o papel da Guiana como um elo fundamental na introdução do café no Brasil, uma vez que era uma das poucas regiões tropicais fora do mundo árabe com cultivo viável e controlado pelas potências europeias (Pendergrast, 2010).

Ademais, como apontam Furtado (2007) e Fausto (2006), a expansão do cultivo do café nas Américas foi profundamente influenciada pelas condições naturais e pelo interesse das potências coloniais em consolidar culturas tropicais de alto valor comercial. Entre essas condições naturais favoráveis, destacam-se o clima quente e úmido, a presença de chuvas bem distribuídas ao longo do ano, e a existência de solos férteis e bem drenados, características típicas de regiões localizadas próximas à linha do Equador (Embrapa, 2022). Esses fatores eram ideais para o cultivo do café arábica, que exige altitudes moderadas, temperaturas amenas e ausência de geadas. A escolha das colônias tropicais com essas condições permitia alta produtividade e qualidade do grão, o que tornava o cultivo do café economicamente vantajoso e estrategicamente relevante para o comércio internacional da época. A Guiana Francesa, por reunir clima quente e úmido, solo fértil e localização estratégica na costa atlântica da América do Sul, logo se destacou como

centro ideal para a produção e distribuição de mudas de café. Segundo Pendergrast (2010), essas características ecológicas tornaram a região altamente favorável à aclimação da planta, contribuindo para que a colônia se tornasse uma das principais exportadoras de mudas para outras possessões europeias no continente. Desse modo, a colônia passou a produzir em grande escala não apenas para abastecimento próprio, mas também como ponto estratégico de distribuição de mudas para outras regiões da América do Sul. A Guiana, portanto, transformou-se em um polo difusor da cultura cafeeira na América tropical, uma vez que reunia condições naturais favoráveis e estava sob o controle de uma potência interessada na expansão agrícola da commodity. Essa condição favoreceu o papel da Guiana como um elo fundamental na introdução do café no Brasil, uma vez que era uma das poucas regiões tropicais fora do mundo árabe com cultivo viável e controlado pelas potências europeias (Pendergrast, 2010). Esse ponto de entrada foi essencial para que, posteriormente, as plantações se consolidassem nas regiões brasileiras com maior aptidão agrícola, como o Norte e o Sudeste, conforme será analisado nos próximos tópicos.

## Introdução do café no Brasil

No início do século XVIII, Portugal e França tinham interesses estratégicos na América do Sul, o Brasil como uma colônia portuguesa e a Guiana Francesa como um território francês. Nessa época, a região da Amazônia não tinha suas fronteiras completamente definidas, o que levou a várias disputas entre portugueses e franceses sobre a posse dos territórios próximos ao Rio Amazonas. Esses conflitos tinham como pano de fundo não apenas interesses territoriais, mas também a busca por recursos naturais e o controle de rotas comerciais estratégicas. Nesse contexto, surgiram negociações diplomáticas entre os dois países, que resultaram em acordos como o Tratado de Utrecht (1713), o Tratado de Madri (1750) e o Tratado de El Pardo (1761). Esses tratados foram marcos importantes das negociações coloniais entre Portugal e França na América do Sul e estabeleciam princípios como o *uti possidetis* — o direito de posse com base na ocupação efetiva. Conforme descrito por Silva (2006) e complementado por Fausto (2006), tais acordos refletiam a dinâmica de uma disputa geopolítica mais ampla, na qual as potências europeias buscavam fortalecer seus domínios ultramarinos.

Diante das tensões entre França e Portugal, o governador de Grão-Pará e Maranhão, João da Maia da Gama, decidiu enviar um emissário à Guiana Francesa para tentar negociar uma solução pacífica para as disputas territoriais, conforme descrito por Furtado (2007). Essa estratégia diplomática refletia tanto a necessidade de evitar confrontos militares como a de consolidar o domínio português na região amazônica. Assim, em 1727, foi realizada a missão diplomática de Francisco de Melo Palheta, que consistia oficialmente na resolução de fronteiras, mas que tinha como objetivo não declarado obter sementes de café para iniciar o cultivo no Brasil. Segundo Furtado (2007), a escolha de Palheta para essa missão deveu-se à sua experiência no trato com questões territoriais e seu conhecimento da realidade amazônica. Essa experiência teve origem em sua atuação prévia em expedições militares e administrativas na região Norte do Brasil, especialmente no Grão-Pará e Maranhão, onde teve contato direto com disputas fronteiriças entre colônias europeias e com as especificidades geográficas e culturais da Amazônia. Além disso, segundo a Furtado (2007), Palheta já havia participado de outras missões diplomáticas na área, o que o tornava uma figura estratégica para representar os interesses da Coroa portuguesa na delicada negociação com os franceses sobre os limites territoriais da Guiana. Conforme relata Pendergrast (2010), essa missão representou um marco simbólico na história do café brasileiro: Palheta teria conquistado a simpatia da esposa do governador francês, que lhe entregou mudas escondidas em um buquê de flores. Apesar do caráter lendário dessa narrativa, há consenso entre os historiadores sobre o papel decisivo de Palheta na introdução inicial do café no território brasileiro.

Esse episódio marca o ponto de inflexão da cafeicultura brasileira e, no contexto desta pesquisa, representa o início de um processo que mais tarde impulsionaria o desenvolvimento econômico de diversas regiões, como o Sul de Minas Gerais e, mais especificamente, Ouro Fino. Segundo Martins (2005), o café tornou-se, ao longo do tempo, não apenas uma commodity agrícola, mas um elemento estruturante da organização econômica e territorial do Brasil. A introdução das primeiras mudas de café no Brasil deu início a uma trajetória de adaptação, experimentação e expansão da cultura cafeeira, que, ao longo do século XIX, transformaria a paisagem agrícola, social e econômica do país. O simbolismo da missão de Palheta ultrapassa o simples ato de contrabando de sementes: ela representa o momento em que o Brasil passou a integrar ativamente o circuito global da produção cafeeira, conectando-se aos fluxos comerciais, financeiros e culturais

que envolviam a bebida. De acordo com Weissman (2009), esse processo foi fundamental para o surgimento de uma identidade cafeeira nacional, que mais tarde se consolidaria como base econômica de diversas regiões brasileiras.

Naquele período, a Guiana Francesa já tinha cultivo estabelecido de café, sendo reconhecida como um centro produtor e distribuidor de mudas para outras colônias francesas e vizinhas (Pendergrast, 2010). O sucesso da cultura na Guiana devia-se tanto às condições climáticas e geográficas favoráveis quanto aos investimentos realizados pelo governo francês na diversificação agrícola de suas colônias. Como destaca Pendergrast (2010), a região tornou-se um verdadeiro celeiro de mudas, desempenhando papel fundamental na difusão do café pelas Américas. Ao mesmo tempo, Portugal buscava ampliar a base econômica de suas colônias, sendo o café uma oportunidade estratégica nesse plano. Essa estratégia estava alinhada ao contexto do mercantilismo tardio, em que as potências coloniais buscavam maximizar o aproveitamento econômico de seus territórios ultramarinos.

De acordo com Ribeiro (2011), o governo português incentivava ativamente a introdução de culturas comerciais lucrativas, como o café, o algodão e o cacau, como forma de aumentar a geração de riquezas no território colonial. Como destaca Fausto (2006), essa política era parte de um projeto mais amplo de intensificação da economia agrária brasileira no século XVIII, ainda sob forte influência do pacto colonial. Esse processo ganha força a partir da segunda metade do século XVIII, especialmente após o declínio do ciclo da mineração em Minas Gerais, que levou a Coroa portuguesa a buscar novas formas de exploração econômica nas colônias. Especialmente, esse esforço concentrou-se inicialmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, onde culturas como cacau e algodão começaram a se expandir, e posteriormente no Centro-Sul, com destaque para o Rio de Janeiro e, mais tarde, para Minas Gerais e São Paulo, onde o café encontrou condições ideais para desenvolvimento. O cultivo do café, nesse sentido, inseria-se em um esforço deliberado de modernização agrícola e de diversificação da matriz produtiva colonial, voltada para a exportação. O incentivo à cafeicultura representava, portanto, não apenas uma alternativa à mineração em declínio, mas também uma tentativa de reorganizar o espaço econômico colonial com base na produção agrícola extensiva. Essa transição marcaria as bases para a estruturação futura da economia brasileira, pautada na lógica do latifúndio, da monocultura e da exportação.

Segundo a versão mais famosa da história, tal como contado na obra “Formação Econômica do Brasil” de Celso Furtado (1959), Francisco de Melo Palheta percebeu que não conseguiria obter as sementes de forma oficial, uma vez que os franceses não tinham interesse em compartilhar uma cultura tão valiosa com um concorrente. Nesse sentido, Francisco teria conquistado a simpatia da esposa do governador francês, usando sua diplomacia e charme para criar uma relação de confiança com ela. Assim, quando sua missão diplomática terminou e ele estava prestes a retornar ao Brasil, a esposa do governador lhe entregou um buquê de flores como presente de despedida, no qual estavam escondidas mudas e sementes de café que Francisco trouxe secretamente para o Brasil. Essa narrativa romântica ficou popularizada por diversos autores e simboliza o início da cafeicultura no território brasileiro, ainda que envolva em certo grau de lenda e interpretação.

Agora, embora o toque romântico dessa versão seja amplamente difundido, não há uma explicação concreta e documentada de como Francisco conseguiu trazer as mudas de café para o Brasil. Há quem acredite que Palheta simplesmente conseguiu negociar as sementes por outros meios, seja por subornos, trocas comerciais ou por acordos informais com fazendeiros franceses. Autores como Pendergrast (2010) e Weissman (2008) questionam a veracidade da narrativa simbólica do buquê de flores e sugerem que a introdução do café no Brasil pode ter ocorrido de forma mais prática e menos romântica, por meio de estratégias diplomáticas não oficiais ou negociações discretas com colonos franceses. Essas interpretações reforçam a ideia de que, embora o episódio de Palheta tenha se tornado um marco cultural, há múltiplas versões sobre como, de fato, o café chegou ao território brasileiro. A versão do buquê de flores, embora encantadora, carece de provas materiais e é mais citada como um símbolo da astúcia diplomática da época do que como um fato histórico irrefutável. Muitos historiadores, como Pendergrast (2010), reconhecem a possibilidade de que Palheta tenha usado tanto charme quanto acordos informais para cumprir sua missão. O que se pode afirmar com maior segurança é que, independentemente do meio utilizado, Palheta teve sucesso em trazer as sementes ao Brasil, dando início a um dos ciclos econômicos mais relevantes da história nacional.

Esse episódio, embora aparentemente pequeno, teve implicações de longo alcance para a história econômica do Brasil. Ao retornar ao país, em 1727, Francisco de Melo Palheta plantou as primeiras mudas de café na capitania do Grão-Pará, no

norte do território colonial, conforme relatado por Pendergrast (2010). Durante boa parte do século XVIII, o cultivo da planta permaneceu restrito ao Norte e ao Nordeste brasileiro, principalmente no Pará, Maranhão e Bahia, mas com produção de pequena escala e impacto econômico limitado (Dean, 1971). O café, nesse período, coexistia com culturas já consolidadas como a cana-de-açúcar e o algodão, sendo considerado mais uma experiência agrícola do que uma aposta econômica segura. As dificuldades logísticas de escoamento, somadas à limitada demanda interna e à ausência de incentivos estruturais, restringiam seu avanço territorial e comercial.

Segundo Fausto (2006), o café chegou ao Maranhão e à Bahia, mas não se destacou imediatamente, pois essas regiões estavam mais voltadas à exploração de produtos agrícolas que já faziam parte da tradição econômica local, tais como a cana-de-açúcar, o algodão e o tabaco — culturas que já estavam integradas às rotas comerciais do período colonial e contavam com estruturas produtivas consolidadas. Como consequência, o cultivo do café nessas áreas permaneceu em segundo plano durante boa parte do século XVIII, limitando sua expansão e adiando a formação de uma economia cafeeira robusta no Norte e no Nordeste do Brasil. Essa limitação fez com que o protagonismo na produção de café se deslocasse para o Sudeste, especialmente para o Vale do Paraíba, onde as condições naturais e logísticas eram mais favoráveis e havia maior disponibilidade de terras. As dificuldades de adaptação do grão às condições do solo e do clima, somadas à infraestrutura precária, também contribuíram para que sua expansão fosse lenta e localizada. Ainda assim, a presença da cultura em territórios como o Norte amazônico e o litoral nordestino foi relevante como etapa inicial de experimentação e aclimação da planta ao território brasileiro. Esses ensaios iniciais prepararam o terreno para as posteriores expansões mais robustas, ao demonstrar que o café podia ser cultivado com relativo sucesso fora do seu ambiente original.

Partindo disso, conforme relata Fausto (2006), após o plantio inicial no Grão-Pará, o café foi gradualmente introduzido em outras capitanias, com destaque para as regiões do Sudeste, que viriam a se tornar os grandes polos produtores no século XIX. Essa consolidação se justifica pela combinação de fatores como a fertilidade dos solos — especialmente a terra roxa —, o relevo ondulado, o clima ameno e a proximidade com os portos do Rio de Janeiro e, posteriormente, de Santos, o que facilitava a exportação. Além disso, o Sudeste contava com maior disponibilidade de terras, infraestrutura em expansão e mão de obra escravizada, o que favoreceu a formação

de grandes propriedades voltadas à monocultura de exportação. Como aponta Dean (1971), foi justamente essa conjunção de condições naturais e logísticas que transformou o Sudeste no centro dinâmico da economia cafeeira brasileira, criando as bases para sua posterior industrialização. Ainda que não tenha se tornado a principal cultura agrícola no Norte, sua presença marcou o início da diversificação produtiva da colônia, o que contribuiu para o surgimento de uma nova lógica agrícola e, embora com impacto econômico local e pontual, preparou o caminho para a futura centralidade do café na economia brasileira. De maneira geral, essa etapa inicial da cafeicultura deve ser compreendida como uma transição entre a economia mineradora em declínio e o novo modelo agrícola-exportador que se consolidaria nas décadas seguintes, com profundas repercussões no desenvolvimento urbano e rural de diversas regiões brasileiras.

No final do século XVIII, o café foi introduzido no Rio de Janeiro, em específico no Vale do Paraíba Fluminense (Furtado, 1959), região que se tornaria um dos berços da cafeicultura no Brasil. O solo da região era inicialmente fértil, composto por terras devolutas, isto é, terras públicas não ocupadas nem cultivadas oficialmente, disponíveis para concessão ou apropriação por parte da Coroa ou de particulares, que favoreciam o cultivo agrícola. Além disso, sua proximidade ao porto da capital da colônia facilitava a exportação do produto. Essa condição logística foi determinante para o sucesso inicial do cultivo na região, pois permitia que o café chegasse com agilidade ao mercado consumidor europeu, em especial à Inglaterra e à França. De acordo com Dean (1971), o acesso a vias fluviais e a construção de estradas rudimentares também contribuíram para que a produção se expandisse rapidamente ao longo do vale.

Ademais, a abertura dos portos brasileiros em 1808 foi um divisor de águas para a economia nacional. Esse marco, promovido por D. João VI com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, pôs fim ao regime de exclusividade comercial com Portugal, permitindo que o país passasse a negociar diretamente com outras nações, especialmente com a Inglaterra, que na época era a maior potência econômica global. Essa mudança facilitou a exportação de produtos tropicais, como o café, e marcou o início de uma maior integração do Brasil ao mercado internacional, o que foi fundamental para a consolidação da cafeicultura como base da economia nacional nas décadas seguintes. Segundo Fausto (2006), esse acontecimento não apenas impulsionou a economia cafeeira ao ampliar a base de consumidores internacionais,

como também fortaleceu a inserção do Brasil no mercado global. O café encontrou grande demanda internacional, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa, onde a bebida já estava incorporada ao cotidiano da população urbana. O contexto geopolítico europeu da época, marcado pelas Guerras Napoleônicas e pela Revolução Industrial, também favoreceu o aumento da procura por produtos tropicais, incluindo o café. As guerras, ao desestruturarem rotas comerciais tradicionais e limitarem o acesso a determinados mercados, levaram os países europeus a buscar novos fornecedores de bens coloniais. Paralelamente, a Revolução Industrial provocou o crescimento das cidades e o surgimento de uma classe média urbana que passou a consumir regularmente produtos como café, açúcar e algodão. Essa combinação de fatores (escassez de suprimentos tradicionais e expansão da demanda interna) impulsionou as importações de café dos trópicos, abrindo espaço para o Brasil consolidar-se como fornecedor global. Como destaca Furtado (2007), esse processo de reestruturação da economia mundial integrou as colônias tropicais ao sistema capitalista industrial europeu, subordinando sua produção às exigências de mercado dos países centrais.

### Formação da economia cafeeira no Sudeste (Rio de Janeiro e Vale do Paraíba)

Partindo disso, outro ponto importante para a expansão cafeeira no Rio de Janeiro foi o declínio na mineração em Minas Gerais. No final do século XVIII, a atividade mineradora entrou em crise devido ao esgotamento das jazidas de ouro e diamantes, o que teve repercussões severas na economia da região (Prado Júnior, 1945). O declínio da mineração está bem documentado por Furtado (2007), que identificou a exaustão dos recursos minerais e o colapso da produção como fatores decisivos para a crise econômica da capitania. Diante dessa realidade, muitos fazendeiros, comerciantes e trabalhadores, anteriormente ligados à extração mineral, migraram para o cultivo do café, tornando-se produtores ou empregados nas grandes lavouras que surgiam ao sul da então Capitania do Rio de Janeiro. Essa migração contribuiu para o adensamento populacional e a dinamização econômica do Vale do Paraíba.

Nesse sentido, tem-se que a cafeicultura encontrou terreno fértil, relevo ondulado e clima propício para o seu cultivo no Vale do Paraíba Fluminense, região

que abrange parte do interior do estado do Rio de Janeiro e de São Paulo. De acordo com Dean (1971) e Fausto (2006), os principais fatores que favoreceram essa expansão foram: solos férteis, clima quente e úmido, proximidade com o porto do Rio de Janeiro e a disponibilidade de mão de obra escravizada. Esses elementos criaram uma base sólida para a produção em larga escala, tornando a região uma das mais produtivas do Brasil durante o século XIX. Além disso, a experiência prévia dos fazendeiros oriundos da mineração contribuiu para a organização das propriedades, adaptando técnicas de gestão e estruturas de trabalho para o novo contexto agrícola.

O conjunto desses fatores fez com que, a partir do final do século XVIII, o Rio de Janeiro se consolidasse como o principal exportador de café do Brasil, conforme discutido por Furtado (1959). Esse protagonismo gerou impactos profundos na economia da província fluminense, transformando sua estrutura agrária e urbana. Grandes fazendas escravistas foram implantadas no interior do estado, voltadas à produção extensiva do café, enquanto estradas e caminhos rurais foram abertos para garantir o escoamento do grão até o porto da capital. O capital gerado pela cafeicultura foi amplamente reinvestido na urbanização da cidade do Rio de Janeiro, que, ao longo do século XIX, passou por significativas obras de infraestrutura: calçamento de ruas, ampliação do porto, construção de armazéns, edifícios públicos e espaços comerciais. Segundo Fausto (2006), esse período marcou o início de um processo de urbanização guiado por interesses exportadores, no qual a lógica econômica da cafeicultura passou a moldar não apenas o espaço rural, mas também a paisagem urbana e o papel político do Rio de Janeiro na integração do Brasil ao sistema capitalista global emergente. Esse sistema era marcado pela liderança da Inglaterra e de outras potências industriais europeias, que organizavam o comércio internacional com base na importação de matérias-primas das colônias e na exportação de produtos manufaturados. Nesse contexto, o Brasil se inseria como fornecedor agrícola, especialmente de café, consolidando uma posição econômica voltada para o mercado externo.

Em consequência do modelo adotado, o uso extensivo de terras no Vale do Paraíba, sem técnicas adequadas de conservação, rotação de culturas ou manejo sustentável, levou ao esgotamento acelerado do solo (Dean, 1996). Segundo Dean (1971) e Furtado (2007), esse processo comprometeu a fertilidade das lavouras a partir da segunda metade do século XIX, provocando forte queda na produtividade. Esse cenário se relaciona diretamente com a lógica da agricultura extensiva,

predominante na época, baseada na ocupação contínua de novas áreas, sem preocupação com a reposição de nutrientes do solo ou com práticas de conservação ambiental. A ausência de planejamento técnico, somada à falta de políticas agrárias voltadas à sustentabilidade, agravou esse quadro de exaustão (EMBRAPA, 2018). À medida que os rendimentos diminuía, as fazendas enfrentavam crescente dificuldade para se manter economicamente viáveis, resultando no abandono de propriedades ou na conversão de suas funções produtivas, o que intensificou a crise agrícola regional.

## Deslocamento do eixo cafeeiro para São Paulo e Sul de Minas Gerais

O declínio da colônia de café na região forçou os produtores a migrar em direção ao Leste Paulista e ao Sul de Minas Gerais, áreas que ofereciam não apenas solos mais férteis, como o conhecida “terra roxa”, mas também topografia mais favorável à mecanização e clima adequado ao cultivo da planta (Martins, 2005). Esse deslocamento geográfico marcou uma nova fase da história cafeeira brasileira, caracterizada por uma reorganização do espaço agrário e pelo surgimento de novos polos de produção. Além das condições naturais favoráveis, como solo fértil, clima ameno e altitudes adequadas ao cultivo do café, essas regiões também se beneficiavam de uma crescente infraestrutura de transporte, como as ferrovias em expansão, que permitiam o escoamento eficiente da produção até os portos de exportação, especialmente o de Santos (Dean, 1971).

Do ponto de vista do desenvolvimento urbano, esse processo de migração da cafeicultura para novas áreas impulsionou a formação e o crescimento de cidades no interior paulista e no sul de Minas Gerais. Cidades como Ribeirão Preto, Campinas, Lavras e Ouro Fino passaram a se desenvolver com base na economia cafeeira, que gerava empregos, atraía mão de obra e estimulava o comércio local (Araújo, 2019). A valorização das terras, o aumento da arrecadação fiscal e os investimentos em infraestrutura urbana — como escolas, estradas, armazéns e estações ferroviárias — tornaram-se oportunidades reais de modernização local. Segundo Furtado (2007) e Matos e Lindner (2020), esse movimento consolidou o papel do café como motor da urbanização brasileira em áreas até então rurais ou economicamente secundárias.

Por outro lado, a expansão da cafeicultura também trouxe novos desafios. A ocupação extensiva das novas fronteiras agrícolas frequentemente replicava os erros cometidos no Vale do Paraíba, como a ausência de planejamento ambiental e o uso predatório do solo (EMBRAPA, 2018). Além disso, a concentração fundiária e a dependência da monocultura tornavam as regiões vulneráveis às oscilações do mercado internacional de café, tal como alerta a Organização Internacional do Café (OIC, 2023). Assim, embora o avanço da lavoura cafeeira tenha gerado desenvolvimento em diversos aspectos, também evidenciou a necessidade de políticas públicas voltadas à diversificação econômica, conservação ambiental e incentivo ao cooperativismo, elementos essenciais para garantir a sustentabilidade de longo prazo das regiões produtoras (SEBRAE, 2020; OCEMG, 2022).

Em 1830, com o declínio da produção cafeeira no Rio de Janeiro, a cultura do café avançou para o interior paulista, consolidando uma nova fronteira agrícola e comercial. Nessa região, produtores encontraram condições técnicas e logísticas favoráveis à formação de grandes propriedades especializadas, com destaque para o solo conhecido como “terra roxa” — de origem vulcânica, altamente fértil e bem drenado (Furtado, 2007). Segundo o IBGE (1990) e Dean (1971), esse tipo de solo, aliado ao relevo suave e ao clima estável, permitiu o uso de práticas mais eficientes de cultivo e alavancou a produtividade. Regiões como Campinas, Ribeirão Preto e Araraquara não apenas se destacaram na produção, mas também passaram a atrair investimentos, consolidando-se como polos de inovação e modernização da cafeicultura. Esse novo ciclo paulista foi essencial para reposicionar o Brasil como líder nas exportações globais, reforçando a centralidade da cafeicultura na economia nacional.

Além disso, essa expansão foi sustentada por uma robusta infraestrutura logística. A construção de ferrovias como a São Paulo Railway (1867) e a Companhia Mogiana (1872) facilitou o escoamento do café para o porto de Santos, reduzindo os custos e agilizando a exportação (Dean, 1971). Segundo Dean (1971), a ligação entre interior e porto foi decisiva para o crescimento da economia cafeeira paulista. Essa malha ferroviária permitiu não só o transporte da produção, mas também a chegada de insumos, trabalhadores e capitais, criando um sistema integrado de desenvolvimento regional. Segundo Matos e Lindner (2020), a implantação de redes ferroviárias e a modernização da logística permitiram à cafeicultura paulista alcançar

uma escala de produção industrial, influenciando diretamente o processo de urbanização e de formação de mercados consumidores nas áreas produtoras.

Paralelamente, o capital acumulado com a exportação do café impulsionou o surgimento de bancos, cooperativas agrícolas, armazéns e instituições financeiras, consolidando São Paulo como um importante centro econômico e comercial do Brasil e do mundo (Furtado, 2007). Esse processo foi reforçado por políticas de incentivo à exportação e pela valorização internacional do café enquanto commodity, o que garantiu estabilidade e previsibilidade aos produtores. A articulação entre produção agrícola, logística e finanças viabilizou a formação de uma rede de cidades economicamente dinâmicas e socialmente estruturadas, baseadas na renda cafeeira. De acordo com Araújo (2019), esse ciclo econômico sustentou também o surgimento de práticas cooperativistas e associações de produtores, que passaram a atuar como agentes organizadores da cadeia do café, contribuindo para o fortalecimento da economia local.

Ademais, o impacto econômico foi imenso, uma vez que foi o capital gerado pela cafeicultura que financiou o desenvolvimento de bancos, indústrias, universidades e infraestrutura de São Paulo. De acordo com Dean (1971), a riqueza acumulada pelos grandes produtores e comerciantes de café foi fundamental para a criação de instituições financeiras como o Banco do Brasil e o Banco do Estado de São Paulo, além de indústrias ligadas à transformação do café e outros setores emergentes. Esse capital também permitiu a construção de importantes obras de infraestrutura, como ferrovias, armazéns e portos, e o financiamento de universidades e escolas técnicas, que formaram a mão de obra qualificada necessária para a diversificação econômica do estado. Esse encadeamento de efeitos positivos, conforme proposto por Hirschman (1958), evidencia o papel da cafeicultura como setor indutor do desenvolvimento regional por meio de efeitos para frente e para trás na economia.

Assim, como discutido por Dean (1971), a cafeicultura não apenas gerou riqueza direta, mas também impulsionou setores complementares, criando as bases para o desenvolvimento econômico paulista. A transição endógena para uma economia capitalista moderna, como proposta por Furtado (2007), teve no café seu principal catalisador. Isto é, tratou-se de um processo de transformação econômica impulsionado por fatores internos, como, por exemplo, o crescimento da produção agrícola, o acúmulo de capital no campo e sua posterior aplicação na indústria e nos

serviços, sem depender exclusivamente de investimentos externos ou imposições coloniais. Esse dinamismo interno também pode ser compreendido à luz dos efeitos de encadeamento propostos por Hirschman (1958), segundo os quais um setor econômico, como a cafeicultura, estimula o desenvolvimento de setores conectados, como transporte, crédito, comércio, serviços e indústria. São Paulo transformou-se em um centro industrial e financeiro, rompendo com a estrutura agrária-exportadora tradicional e incorporando novos elementos de modernização econômica, tecnológica e social. Essa experiência também serviu de modelo para outras regiões, como o Sul de Minas Gerais, que buscavam reproduzir o êxito paulista com base na articulação entre agricultura dinâmica, infraestrutura eficiente e políticas públicas de apoio ao setor.

Partindo disso, observa-se que o investimento do capital cafeeiro não favoreceu apenas o desenvolvimento econômico e financeiro do estado de São Paulo, mas também foi crucial para a expansão territorial da cafeicultura. A construção da Ferrovia Mogiana (1872) e da São Paulo Railway (1867) foi essencial para esse processo, pois permitiu que o café fosse produzido em áreas mais distantes do litoral e transportado rapidamente até o porto de Santos, principal canal de escoamento da produção brasileira. Segundo Dean (1971) e Fausto (2006), essa infraestrutura logística estabeleceu uma nova dinâmica econômica no interior paulista, ao integrar zonas rurais produtivas com os centros de exportação, contribuindo decisivamente para o aumento da competitividade do produto paulista no mercado internacional. A CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento, 2024) também destaca que o desenvolvimento logístico da época foi fundamental para a transformação da cafeicultura em um sistema agroexportador moderno.

A construção das ferrovias não apenas facilitou o transporte do café, mas também desempenhou um papel estruturante no processo de ocupação territorial e formação de novas cidades. Regiões anteriormente pouco acessíveis passaram a ser integradas à economia nacional, e ao longo dos trilhos surgiram núcleos urbanos que rapidamente se desenvolveram, impulsionados pela atividade cafeeira. Esse processo evidencia uma relação de causalidade clara: a logística ferroviária permitiu a expansão da cultura do café, que, por sua vez, gerou crescimento urbano, aumento da população economicamente ativa e desenvolvimento comercial local. Conforme Araújo (2019) destaca, o traçado das ferrovias moldou o desenho urbano de várias cidades do interior, definindo a localização de estações, armazéns, praças centrais e

vias de comércio. Matos e Lindner (2020) também apontam que a interiorização do capital e da infraestrutura cafeeira possibilitou o fortalecimento de um mercado interno dinâmico e interconectado.

Além disso, as ferrovias promoveram encadeamentos produtivos e estimularam setores complementares, como o comércio, a indústria de bens de consumo, a construção civil e os serviços de manutenção e transporte. Esse processo de dinamização econômica favoreceu a diversificação das atividades e a valorização imobiliária nas áreas servidas pela malha ferroviária. Segundo Furtado (2007), tal estrutura foi fundamental para que São Paulo se consolidasse como o epicentro da economia cafeeira no Brasil e no mundo, inaugurando um modelo de crescimento endógeno baseado na articulação entre agricultura de exportação, infraestrutura e urbanização. Hirschman (1958), ao tratar da estratégia de desenvolvimento, destaca a importância dos efeitos de encadeamento para alavancar setores econômicos a partir de núcleos dinâmicos, exatamente como ocorreu no contexto da cafeicultura paulista.

Por fim, observa-se que o legado das ferrovias na expansão da cafeicultura transcende sua função logística. Elas foram instrumentos de transformação territorial e social, pois estimularam a migração de trabalhadores, a chegada de imigrantes europeus, o surgimento de centros comerciais e a inserção de novas áreas no circuito da economia nacional. A urbanização impulsionada pelo café, portanto, não foi apenas um reflexo do sucesso econômico da lavoura, mas também um desdobramento da modernização dos meios de transporte e comunicação implementados no século XIX. Como sintetiza Matos e Lindner (2020), a expansão ferroviária foi o elo material entre a paisagem rural produtiva e a cidade moderna em formação, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento. A análise de Martins (2005) também corrobora essa visão, ao enfatizar o papel das redes de infraestrutura na transição de uma economia agrária para uma estrutura urbana industrializada em diversas cidades paulistas.

Além do mais, a abolição da escravatura, em 1888, provocou uma intensa entrada de imigrantes europeus, especialmente italianos e espanhóis, que vieram trabalhar nas lavouras paulistas. Esse fluxo migratório foi incentivado pelo governo e por fazendeiros que buscavam uma alternativa à mão de obra escravizada, e foi institucionalizado por meio de políticas de incentivo à imigração e contratos de parceria. Segundo Fausto (2006) e Dean (1971), essa migração teve papel central na continuidade e expansão da produção cafeeira no pós-abolição, pois garantiu uma

oferta abundante de mão de obra remunerada, substituindo gradualmente o sistema escravista. Os imigrantes europeus também introduziram novas práticas de cultivo e organização produtiva, contribuindo para a modernização das lavouras. Além disso, o sistema de colonato, amplamente utilizado nas fazendas cafeeiras, permitia que famílias inteiras se instalassem nas propriedades, gerando estabilidade produtiva e dinamismo social nas áreas rurais.

Desse modo, como já citado anteriormente, no final do século XIX, São Paulo se consolidou como o principal estado produtor de café do Brasil, superando o Rio de Janeiro e passando a fornecer a maior parte do café exportado pelo país, de acordo com Dean (1971). Ademais, segundo estudo de Dean e complementado por Matos e Lindner (2020), a infraestrutura ferroviária foi decisiva para transformar São Paulo no maior polo cafeeiro do país, pois possibilitou o transporte eficiente de grandes volumes de café do interior até o porto de Santos, reduzindo custos e acelerando as exportações. Essa integração logística foi essencial para consolidar a posição paulista como líder global na produção de café e gerou uma profunda transformação econômica. Segundo Furtado (2007), o chamado “ciclo do café” foi fundamental para converter São Paulo de uma economia agrária baseada na monocultura para um polo industrial diversificado nas décadas seguintes. Essa evolução está inserida na ideia de “transição endógena ao capitalismo industrial brasileiro”, ou seja, um processo em que o capital gerado internamente pela agricultura exportadora foi reinvestido em setores industriais e de serviços, promovendo o desenvolvimento econômico autônomo, sem depender exclusivamente de capitais estrangeiros.

Enquanto São Paulo se consolidava como o maior produtor de café em 1880, Minas Gerais começava a emergir como um novo polo cafeeiro. A crise da mineração, no final do século XVIII, deixou muitas cidades mineiras empobrecidas e forçou a busca por novas atividades econômicas. Nesse contexto, de acordo com Fausto (2006) e Furtado (2007), a agricultura, especialmente a cultura do café, surgiu como uma alternativa promissora para reativar a economia mineira. A decadência da mineração impulsionou uma reorganização produtiva e territorial, promovendo o deslocamento da força de trabalho e de capitais para áreas rurais com potencial agrícola. Esse movimento foi especialmente intenso no Sul de Minas Gerais, onde fatores como relevo favorável, altitudes elevadas e clima ameno criaram condições ideais para o cultivo de café arábica de qualidade.

Segundo dados da EMATER-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, 2023) e CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento, 2024), a cafeicultura se desenvolveu rapidamente no Sul de Minas, atraindo investimentos públicos e privados, organizando mercados locais e promovendo a formação de cooperativas agrícolas. Cidades como Lavras, Varginha, Três Corações e Ouro Fino passaram a se destacar como centros produtores, contribuindo não apenas para a produção nacional de café, mas também para a estruturação de uma economia regional baseada na agroindústria e no cooperativismo. Como destacam Araújo (2019) e Matos (2010), essa transformação não apenas reverteu o quadro de estagnação econômica herdado da crise do ouro, como também criou novas oportunidades de desenvolvimento urbano e rural, com geração de empregos, circulação de renda e fortalecimento de redes comunitárias ligadas à produção cafeeira.

Partindo disso, e com o declínio da produção no Vale do Paraíba e o avanço das fronteiras agrícolas, tem-se que a região Sul de Minas Gerais emergiu como uma nova potência cafeeira. De acordo com Matos e Lindner (2020), essa expansão ocorreu devido a um conjunto de fatores naturais e logísticos favoráveis, que fizeram da região uma alternativa estratégica para os produtores em busca de melhores condições edafoclimáticas. A migração dos cafeicultores para o Sul de Minas foi acompanhada por um processo de reorganização produtiva e territorial, marcado pela valorização de práticas agrícolas adaptadas às condições locais e pelo fortalecimento das estruturas de apoio à produção, como as cooperativas e os centros de pesquisa agrícola (EMATER-MG, 2023).

Desse modo, cidades como Ouro Fino, Lavras, Varginha e Três Corações ofereciam condições ideais para o cultivo do café, entre as quais se destacam a altitude elevada, clima ameno e presença de solos do tipo terra roxa, ricos em nutrientes e com boa capacidade de drenagem. O conjunto desses fatores tornou possível a produção de cafés diferenciados, com características sensoriais superiores, como maior acidez, corpo equilibrado e notas aromáticas complexas, que posicionaram o café mineiro como referência no mercado nacional e internacional, especialmente no segmento de cafés especiais. Segundo a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento, 2024), o Sul de Minas é atualmente a principal região produtora de café arábica do país, respondendo por cerca de 30% da produção nacional.

Esse diferencial de qualidade agregou valor ao produto mineiro, permitindo sua inserção em nichos de mercado mais exigentes e com maior valor agregado. A adoção de práticas sustentáveis, como o uso racional de recursos naturais, preservação de matas ciliares e certificações socioambientais, também contribuiu para fortalecer a reputação do café sul-mineiro no exterior (EMBRAPA, 2018). Além disso, o clima estável e a cultura agrícola enraizada na região favoreceram o planejamento de safras, a previsibilidade produtiva e a continuidade do cultivo ao longo de gerações.

Assim, conforme Matos e Lindner (2020), cidades como Ouro Fino se beneficiaram dessa geografia favorável, tornando-se importantes polos produtores ao longo do século XX. A predominância da produção familiar na região, associada ao fortalecimento do cooperativismo, contribuiu para manter a renda no campo, promover inclusão produtiva e garantir maior poder de negociação aos pequenos produtores. Segundo OCEMG (2022) e Araújo (2019), o modelo cooperativista presente no Sul de Minas também impulsionou o acesso a crédito, assistência técnica e canais de comercialização nacional e internacional, ampliando a presença da cidade e da região nos mercados de exportação e consolidando sua importância econômica e social no contexto da cafeicultura brasileira.

Ademais, a construção da Estrada de Ferro Oeste de Minas, inaugurada em 1881, conectava as regiões produtoras do Sul de Minas aos grandes centros de exportação do Sudeste e viabilizava o transporte eficiente do café em larga escala, reduzindo os custos logísticos e o tempo de escoamento da produção até os portos de Santos e do Rio de Janeiro (Arquivo Público Mineiro, 2020). Essa ferrovia foi uma das obras mais significativas da engenharia ferroviária mineira no século XIX, integrando áreas interioranas antes isoladas ao circuito econômico nacional e internacional. Como destaca o Arquivo Público Mineiro (2020), essa infraestrutura foi essencial para a expansão das lavouras em cidades como Ouro Fino, Lavras e São João Del-Rei, permitindo o escoamento ágil do café até os pontos de embarque marítimo. Segundo Martins (2005), a expansão da infraestrutura ferroviária em regiões cafeeiras como o Sul de Minas foi um dos vetores mais importantes para a articulação econômica regional e o desenvolvimento urbano de cidades médias e pequenas.

Seguindo essa lógica, nota-se o profundo impacto que a cafeicultura causou na região mineira: com a expansão das lavouras, o comércio local foi dinamizado, surgindo novas lojas de insumos agrícolas, mercados, oficinas, armazéns e transportadoras especializadas. A chegada dos trilhos e a movimentação gerada pelo

café estimularam o crescimento das cidades, promovendo o surgimento de novas ocupações urbanas e o aumento da renda per capita regional. O setor também gerou empregos diretos na produção agrícola e indiretos nos serviços auxiliares, como transporte, beneficiamento, armazenamento e comercialização do café (Araújo, 2019). Conforme Fausto (2006), a expansão da cafeicultura em Minas Gerais foi acompanhada de mudanças estruturais no tecido urbano, com crescimento das redes de abastecimento, educação e transporte.

Além disso, o crescimento da cafeicultura incentivou fortemente o cooperativismo: produtores de menor porte, com acesso limitado a crédito e canais de venda, passaram a se organizar em cooperativas como forma de fortalecer sua posição no mercado. Essas cooperativas permitiram a partilha de custos com logística, insumos e assistência técnica, além de oferecerem programas de capacitação técnica, suporte contábil e auxílio na adequação às exigências sanitárias e ambientais. Segundo Sebrae (2020), OCEMG (Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais, 2022) e Matos (2010), esse modelo organizacional contribuiu significativamente para o empoderamento econômico dos pequenos cafeicultores e para a elevação da qualidade da produção. A cooperativa passou a ser vista não apenas como entidade de apoio técnico, mas como instituição promotora de desenvolvimento regional e instrumento de defesa da agricultura familiar.

Essas organizações também fortaleceram as redes de comercialização, elevaram o poder de negociação dos cafeicultores e permitiram a inserção dos cafés mineiros em mercados especializados, inclusive internacionais, especialmente com a crescente demanda por cafés certificados e sustentáveis. Com apoio de instituições como a Emater-MG e associações regionais, os produtores passaram a acessar feiras, rodadas de negócios e programas de exportação como o “Minas Coffee Export”, que abriram portas para os cafés do Sul de Minas em países como Alemanha, Estados Unidos, Japão e Itália (Governo de Minas Gerais, 2022; CONAB, 2024). Segundo a Organização Internacional do Café (OIC, 2023), o Brasil é hoje líder em exportações de cafés certificados, sendo Minas Gerais um dos principais fornecedores desse segmento premium.

O avanço da cafeicultura contribuiu, assim, para a formação de uma economia regional sustentada na agroindústria e no associativismo rural — isto é, na articulação entre produtores, cooperativas e indústrias de beneficiamento, que passaram a agregar valor ao produto antes de sua comercialização. Essa estrutura permitiu não

apenas aumentar a renda dos produtores, mas também promover o desenvolvimento territorial com maior equidade social, preservando o vínculo com as tradições locais e fomentando a sustentabilidade econômica, social e ambiental da atividade cafeeira em Minas Gerais (EMBRAPA, 2018).

Segundo Matos e Lindner (2020), o café se consolidou não só como motor econômico, mas também como elemento cultural de Minas Gerais, isto é, como parte da identidade regional, incorporada em festivais, tradições familiares e práticas comunitárias que perpetuam o legado da cafeicultura. Esse vínculo cultural manifesta-se, por exemplo, na organização de feiras municipais, exposições de cafés especiais, concursos de qualidade e celebrações como a Semana Internacional do Café, promovida em Belo Horizonte (Governo de Minas Gerais, 2022). Nesses eventos, o café deixa de ser apenas uma mercadoria e passa a ocupar um espaço simbólico no imaginário regional, fortalecendo laços sociais e transmitindo saberes tradicionais sobre o cultivo e o beneficiamento do grão.

Destacam-se, ainda, as práticas de cultivo sustentável, como a manutenção de matas nativas, a recuperação de nascentes e o uso racional de recursos naturais, práticas incentivadas por políticas públicas e programas de certificação ambiental e social. Segundo a EMBRAPA (2018) e o SEBRAE (2020), esses aspectos são fundamentais para garantir a continuidade da atividade cafeeira com responsabilidade ambiental, além de agregar valor ao produto no mercado global. As certificações, como a Rainforest Alliance e o selo Fair Trade, têm ampliado a presença dos cafés mineiros nos mercados mais exigentes, contribuindo para a diversificação da renda dos produtores e para a conservação ambiental.

Além disso, o café tornou-se um agente estruturador do espaço rural, redefinindo as relações entre campo e cidade. Conforme Araújo (2019), a cafeicultura proporciona a fixação da população no campo, reduzindo o êxodo rural e fomentando práticas associativas, como cooperativas e redes de troca entre agricultores. Em cidades como Ouro Fino, o café está presente tanto na base econômica quanto no cotidiano social, sendo tema recorrente em escolas, associações comunitárias, festividades religiosas e circuitos de turismo rural. Essa multifuncionalidade do café, enquanto produto econômico, cultural e ambiental, reforça sua centralidade nas estratégias de desenvolvimento regional.

Em síntese, a trajetória da economia cafeeira no Brasil revela não apenas um deslocamento geográfico da produção, mas também uma transformação nas

estruturas produtivas, sociais e econômicas das regiões por onde passou. O café foi responsável por impulsionar a infraestrutura, urbanizar áreas rurais, atrair investimentos e criar redes de apoio técnico e financeiro que permanecem ativas até hoje. Segundo Furtado (2007) e Dean (1971), essa transformação ocorreu de forma gradual, mas com efeitos de longo prazo, moldando a paisagem econômica do país.

Partindo de um cultivo secundário no Norte à industrialização no Sudeste, o café foi, e ainda é, um dos vetores de maior importância para o desenvolvimento econômico do Brasil. Especialmente em cidades como Ouro Fino, sua relevância persiste até os dias atuais, tanto pela continuidade da produção quanto pelo papel simbólico e cultural que a cafeicultura ocupa na vida das comunidades locais. Conforme mostram os dados da EMATER-MG (2023) e do IBGE (2017), uma parcela significativa da população rural de Ouro Fino ainda depende do café como principal fonte de renda, destacando a importância dessa cultura na sustentabilidade econômica e social do município.

Dessa forma, observa-se que a permanência da cafeicultura como atividade central na cidade de Ouro Fino reflete não apenas sua importância econômica, mas também sua capacidade de adaptação frente aos desafios contemporâneos. Ao longo do tempo, o setor cafeeiro demonstrou resiliência e dinamismo, contribuindo para o desenvolvimento urbano, para a geração de empregos e para a consolidação de uma identidade local. A análise apresentada evidencia que o café continua sendo um vetor de desenvolvimento territorial, articulando tradição produtiva, práticas sustentáveis e inserção em mercados especializados. Com isso, é possível afirmar que a economia cafeeira segue desempenhando um papel estratégico para o futuro da cidade, tanto no aspecto econômico quanto social.

## Industrialização do Brasil

A industrialização brasileira, sobretudo em São Paulo, não pode ser compreendida sem considerar a centralidade da economia cafeeira no século XIX. Nesse sentido, o café, sendo o principal produto de exportação do país, não apenas sustentava a balança comercial, mas também gerava uma acumulação de capitais sem precedentes, que foi direcionada para investimentos em infraestrutura, crédito e, posteriormente, em atividades industriais. Como apontam Rego e Marques (2002), foi a renda cafeeira que alimentou tanto a expansão ferroviária, o que foi um elemento decisivo para integrar o interior paulista ao porto de Santos, quanto a criação de

bancos e casas comerciais, que se tornaram núcleos de financiamento da nascente indústria nacional. Assim, o café atuou como “motor primário” da industrialização, permitindo a diversificação produtiva em uma economia ainda fortemente agrária.

Nesse contexto, destacam-se as famílias ligadas à aristocracia do café, conhecidas como os “barões do café”. Entre elas, estavam os Prado, os Souza Queiroz, os Penteado, os Matarazzo e outros clãs que controlavam vastas propriedades no Oeste Paulista. Esses grupos, além de sua relevância econômica, exerciam papel político de destaque, compondo uma elite que dominava tanto as câmaras municipais quanto a cena nacional, através do chamado “café com leite” na República Velha (Dean, 1971). A acumulação de riqueza possibilitou que esses fazendeiros investissem em setores urbanos e industriais: os Prado, por exemplo, estiveram entre os financiadores de empresas de serviços públicos e de instituições culturais paulistas; já a família Souza Queiroz teve participação em companhias ferroviárias e em empreendimentos financeiros (Cano, 1977).

Ao lado dessas famílias tradicionais, a imigração europeia também desempenhou papel decisivo no processo. Desse modo, muitos imigrantes inicialmente empregados nas lavouras de café, sobretudo italianos, aproveitaram a urbanização e o dinamismo econômico para fundar negócios próprios (Dean, 1971). Esse é o caso emblemático de Francesco Matarazzo, que chegou ao Brasil no final do século XIX e, a partir do comércio de alimentos, construiu um conglomerado industrial que se tornou um dos maiores da América Latina (Fausto, 1995). Outro exemplo é a família Crespi, segundo ao autor Warren Dean (1971), que investiu em fábricas têxteis e consolidou um império industrial ligado ao algodão, mas viabilizado pelas condições de mercado e crédito proporcionadas pelo café. Essas trajetórias ilustram como a riqueza gerada no campo transbordou para a cidade, consolidando uma base industrial e diversificando a economia paulista.

O legado dessas famílias e grupos ainda se faz sentir na contemporaneidade. Desse modo, muitos descendentes da aristocracia cafeeira continuaram ligados a instituições financeiras, culturais e políticas, preservando uma influência que atravessou o século XX (Fausto, 1995). A família Prado, por exemplo, esteve associada à fundação do Museu de Arte de São Paulo (MASP) e à promoção de atividades culturais que marcaram a cidade. Os Matarazzo, por sua vez, deixaram não apenas o Parque Industrial, mas também a tradição de investimento em setores estratégicos, influenciando gerações de industriais brasileiros. Em termos simbólicos,

essas famílias representam a transição de uma elite agrária para uma elite urbana e industrial, responsáveis por moldar o imaginário de progresso, modernidade e poder econômico no Brasil (Prado Júnior, 1945)

Enquanto em São Paulo a economia cafeeira deu origem a uma aristocracia que se projetou nacionalmente, no Sul de Minas, e em Ouro Fino em particular, o processo assumiu características próprias, mais voltadas à consolidação de elites regionais do que à formação de uma burguesia industrial. A produção cafeeira em Minas Gerais esteve fortemente associada a pequenas e médias propriedades, embora também houvesse grandes fazendas, mas em geral a lógica de acumulação se direcionava para o fortalecimento do comércio local, da vida urbana e das instituições políticas municipais (Silva, 2012). Dessa forma, o café foi o elemento central não apenas da riqueza agrícola, mas também da transformação do espaço urbano de cidades como Ouro Fino, que ganharam ruas comerciais, novas edificações e uma rede de serviços diretamente relacionada à renda gerada no campo.

As famílias ligadas à cafeicultura em Ouro Fino desempenharam funções semelhantes, em escala local, àquelas exercidas pelos barões paulistas, como a família Ferreira, Junqueira e Megale (Silva, 2012). Proprietários de fazendas e comerciantes urbanos financiavam obras públicas, exerciam influência política nas câmaras municipais e articulavam a integração da cidade com os fluxos econômicos regionais. A chegada da ferrovia Mogiana, por exemplo, foi viabilizada em grande parte por pressões e interesses dessas elites, já que o transporte ferroviário era fundamental para escoar a produção cafeeira até São Paulo e, posteriormente, ao porto de Santos (Araújo, 2019). Ao mesmo tempo, comerciantes ligados ao café fundavam armazéns, casas bancárias e mais tarde cooperativas, que garantiam crédito e logística para pequenos e médios produtores da região.

O papel dessas elites locais não se restringia à esfera econômica. Muitas delas também estavam ligadas à Igreja, à educação e a associações civis, reforçando seu prestígio social e político. O patrocínio de festas religiosas, a construção de escolas e a doação de terrenos para instituições públicas são exemplos de como a riqueza cafeeira se transformava em capital simbólico e político, consolidando a posição dessas famílias na estrutura de poder regional (Matos e Lindner, 2020). Esse processo contribuiu para que Ouro Fino desenvolvesse uma vida urbana ativa, marcada por comércio dinâmico e instituições locais fortes, ainda que não tenha alcançado a diversificação industrial que ocorreu em São Paulo.

O legado dessas famílias em Ouro Fino também permanece visível. Muitos descendentes de fazendeiros do café ainda possuem propriedades ligadas à produção, ou participam de cooperativas que são hoje fundamentais para a inserção do café mineiro no mercado internacional. Além disso, a memória do ciclo cafeeiro faz parte da identidade cultural local, expressa em museus, festas e no turismo rural, reforçando a centralidade do café na construção da cidade. Em termos comparativos, enquanto São Paulo produziu elites que transbordaram para o cenário nacional, Ouro Fino consolidou uma elite regional que, em sua escala, cumpriu papel semelhante: acumular capital, transformá-lo em poder político e social, e moldar o espaço urbano e econômico da cidade em torno do café.

## Linha do tempo histórica de Ouro Fino: da Mineração à Cafeicultura Contemporânea

O desenvolvimento histórico de Ouro Fino está profundamente vinculado aos grandes ciclos econômicos que estruturaram Minas Gerais desde o período colonial. A formação do município não ocorreu de maneira isolada; pelo contrário, ela reflete transformações econômicas, territoriais e sociais que marcaram o Brasil do século XVIII ao século XXI. Compreender essa linha do tempo é fundamental para explicar a configuração atual do município e, sobretudo, para entender por que a cafeicultura tornou-se um elemento central na economia de Ouro Fino e de toda a região do Sul de Minas Gerais.

### Da mineração ao surgimento do núcleo urbano

A origem de Ouro Fino remonta à expansão bandeirante e ao ciclo minerador em Minas Gerais no início do século XVIII. Embora o território do atual município não tenha concentrado grandes jazidas auríferas, ele situava-se em uma rota estratégica utilizada por exploradores que se deslocavam entre áreas mineradoras centrais e o sul da capitania (Furtado, 2000). Esse trânsito contínuo gerou a formação de pousos, arraiais e pequenos entrepostos comerciais, que serviam de apoio logístico para tropas e viajantes. Dessa forma, tem-se que, é nesse contexto que se estrutura o primeiro núcleo populacional de Ouro Fino, cuja função inicial não era produtiva, mas sim de circulação e abastecimento.

A mineração desempenhou um papel indireto, porém decisivo: ao atrair grande contingente populacional e dinamizar fluxos internos, ela estimulou a ocupação de áreas periféricas e levou ao surgimento de povoados que, mais tarde, se transformariam em municípios. Assim, mesmo sem ter sido um centro aurífero relevante, Ouro Fino nasceu da lógica mineradora que articulava o território mineiro (Resende, 2007).

### A transição para a agricultura e a pecuária

Com o declínio da mineração na segunda metade do século XVIII, verificou-se uma profunda reestruturação econômica em Minas Gerais. Nesse sentido, povos e vilas que dependiam dos tributos do ouro passaram a buscar novas bases produtivas, e o Sul de Minas emergiu como alternativa natural devido às suas características físicas: clima ameno, topografia ondulada e solos adequados para diversas culturas agrícolas (Arruda, 1999).

Em Ouro Fino, esse processo se traduziu na consolidação da agricultura de subsistência e da pecuária, atividades que passaram a abastecer tanto mercados locais quanto cidades mineradoras em decadência. A formação de pequenas e médias propriedades — modelo que persiste até hoje — favoreceu uma estrutura fundiária mais fragmentada, criando um ambiente de relativa estabilidade social e possibilitando o surgimento de uma economia mais diversificada (Silva, 2018).

Essa nova dinâmica produtiva permitiu ao município desenvolver comércio, serviços e uma incipiente urbanização, culminando na emancipação política de Ouro Fino em 1880. Assim, a agricultura e a pecuária desempenharam papel fundamental na consolidação institucional e demográfica do município.

### A chegada e disseminação da cafeicultura

A expansão da cafeicultura no Brasil, iniciada no Vale do Paraíba fluminense no início do século XIX, transformou radicalmente o cenário econômico nacional. Desse modo, à medida que as terras dessa região se esgotavam, o cultivo avançou para o Oeste Paulista e, posteriormente, para o Sul de Minas, onde encontrou condições climáticas ideais — altitudes elevadas, temperaturas amenas e solos propícios (Dean, 1991).

A partir da segunda metade do século XIX, Ouro Fino incorporou-se a esse movimento regional. Assim, o município passou a registrar crescimento expressivo da área plantada com café, o que elevou a renda agrícola, dinamizou o comércio local e ampliou sua integração com mercados regionais e nacionais, conforme apontam estudos sobre a expansão cafeeira no Sul de Minas (Silva, 2018). A posição geográfica, próxima à divisa com São Paulo e articulada com centros comerciais como Pouso Alegre e Jacutinga, facilitou o escoamento da produção e reforçou sua inserção na economia cafeeira.

Diferentemente de regiões dominadas por grandes fazendas monocultoras, o Sul de Minas caracterizou-se por uma estrutura de pequenas e médias propriedades. Isso garantiu maior diversidade produtiva, menor vulnerabilidade social e maior difusão dos benefícios econômicos do café, característica que permanece como marca identitária do território até hoje (Silva, 2018).

### Modernização, crises e resiliência produtiva

Ao longo do século XX, a cafeicultura enfrentou crises significativas, como a política de erradicação de cafezais nos anos 1930 e as oscilações do mercado internacional durante a década de 1970. Apesar disso, Ouro Fino manteve o cultivo como base importante de sua economia. Esse resultado está ligado à capacidade de adaptação dos produtores locais e à diversificação produtiva típica da região (Silva, 2018).

A modernização agrícola — com adoção de mecanização parcial, técnicas de poda, adubação, beneficiamento e controle fitossanitário — permitiu ganhos de produtividade e maior qualidade do grão produzido (Emater-MG, 2023). O fortalecimento das cooperativas regionais e a ampliação da infraestrutura viária aumentaram ainda mais a competitividade dos produtores.

### A cafeicultura contemporânea e o posicionamento de Ouro Fino no Sul de Minas Gerais

No século XXI, Ouro Fino se consolida como parte integrante do *cinturão cafeeiro do Sul de Minas*, reconhecido internacionalmente pela produção de cafés

especiais. A presença de propriedades familiares, a busca por certificações e a adoção de práticas sustentáveis — como manejo integrado de pragas, sombreamento estratégico e redução de impactos ambientais — reforçam a competitividade do café local no mercado global (MAPA, 2022).

Além disso, a cafeicultura movimenta atividades complementares no município, como serviços agroindustriais, comércio de insumos, transporte, cooperativismo e eventos ligados à cultura cafeeira. Esse conjunto de encadeamentos produtivos evidencia o papel central do café na estrutura socioeconômica de Ouro Fino, funcionando como verdadeiro eixo articulador do desenvolvimento local.

## Análise de dados e indicadores

Com o objetivo de complementar a análise histórica e estrutural desenvolvida nos capítulos anteriores, este capítulo apresenta indicadores quantitativos que permitem avaliar o papel contemporâneo da cafeicultura na economia de Ouro Fino e seus arredores. Foram coletados dados oficiais de órgãos como o IBGE (através do sistema “Cidades@” e da Pesquisa Agropecuária Municipal), além de órgãos estaduais e municipais relacionados à agricultura.

Esse levantamento permite visualizar, com base em evidências, o peso econômico, social e institucional da produção cafeeira na cidade e em municípios vizinhos, bem como identificar possíveis trajetórias futuras.

### Análise da Evolução da área colhida de Café no Brasil, na Mesorregião Sul/Sudeste de Minas Gerais e em Ouro Fino

A análise da evolução da área colhida de café entre 2012 e 2024 evidencia dinâmicas distintas entre o nível nacional, regional e municipal, refletindo processos econômicos, estruturais e territoriais que caracterizam a formação da cafeicultura brasileira e, especificamente, o papel do Sul de Minas e de Ouro Fino nesse contexto.

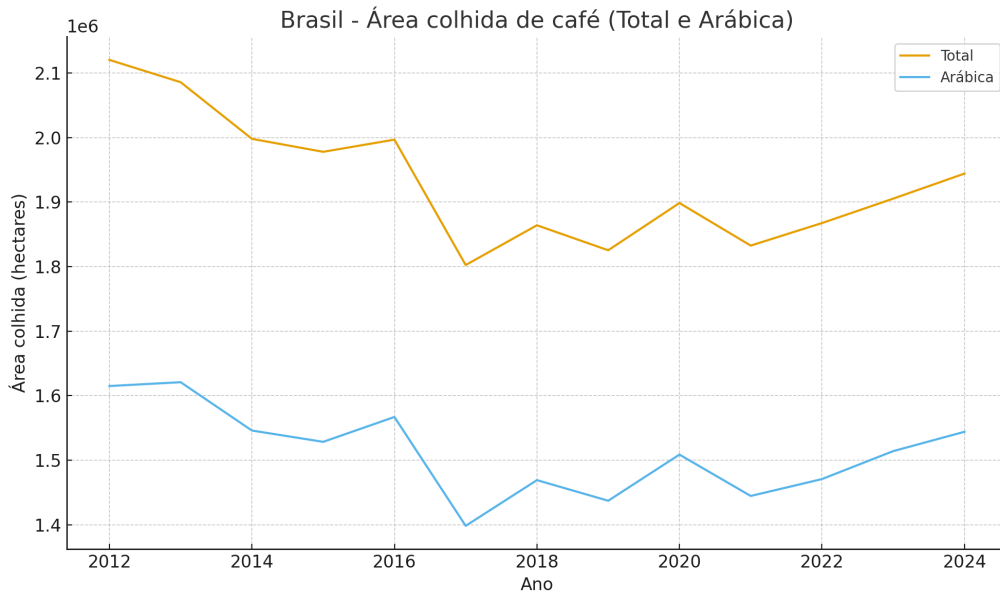
#### Comportamento da área colhida de café no Brasil (2012 – 2024)

No agregado nacional, a área colhida de café apresenta leve tendência de redução ao longo do período, embora marcada por oscilações significativas. Entre 2012 e 2024, a área total recua de aproximadamente 2,12 milhões de hectares para 1,94 milhão, resultando em uma variação média anual de  $-0,72\%$ . O mesmo movimento é observado na área destinada ao café Arábica, cuja redução média anual é de  $-0,37\%$ .

Desse modo, nota-se que, essa trajetória não é linear: o ponto mais baixo ocorre em 2017, ano em que tanto o total quanto o Arábica apresentam retração acentuada, seguida por um processo gradual de recuperação até 2024. Esse comportamento está associado a ajustes estruturais da cafeicultura nacional, como a substituição de áreas menos competitivas, a modernização tecnológica, e a busca por maior intensificação produtiva em regiões que apresentam vantagens

comparativas. Assim, a redução da área não implica necessariamente queda na importância econômica do setor, mas sim uma reorganização espacial e produtiva que privilegia regiões mais eficientes, entre elas o Sul de Minas.

Gráfico 1- Evolução da área colhida de café no Brasil (2012 - 2024)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (PAM)

## A mesorregião Sul/Sudeste de Minas Gerais e seu papel estruturante na cafeicultura

A análise da mesorregião revela um comportamento distinto e mais dinâmico em comparação com o cenário nacional. Enquanto o Brasil apresenta retração, o Sul/Sudoeste de Minas registra crescimento moderado e contínuo da área colhida, avançando de 1,01 milhão de hectares em 2012 para 1,08 milhão em 2024, com variação média anual positiva de 0,58%.

Mesmo apresentando uma queda significativa em 2017, a região demonstra capacidade de recuperação rápida, recuperando e superando os níveis anteriores já nos anos seguintes. Isso reforça a posição da mesorregião como núcleo consolidado da cafeicultura brasileira, caracterizada por:

- forte especialização agrícola;
- estrutura fundiária predominantemente composta por pequenas e médias propriedades;
- tradição histórica no cultivo do café;
- elevada qualidade do Arábica produzido;

- atuação de cooperativas e instituições técnicas que fortalecem a competitividade regional.

Assim, enquanto outras áreas do país ajustam ou reduzem suas lavouras, o Sul/Sudoeste de Minas mantém trajetória ascendente, confirmando sua centralidade na produção nacional e sua resiliência frente às oscilações conjunturais da economia cafeeira.

### Ouro Fino (MG): entre a volatilidade conjuntural e a consolidação estrutural

A trajetória histórica da cafeicultura em Ouro Fino, amplamente discutida nos capítulos anteriores, pode ser observada também nos dados mais recentes sobre a produção local. O município, que desde o século XIX consolidou sua vocação agrícola voltada ao cultivo do café, tem apresentado crescimento contínuo na área plantada com a cultura. Conforme dados do Portal da Cafeicultura de Minas Gerais, entre 2016 e 2018, a área plantada com café arábica sequeiro passou de 5.100 hectares para 6.590 hectares, um aumento de aproximadamente 29% em apenas dois anos (Gráfico 1). Segundo dados atualizados Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, esse número já alcança 7.005 hectares em 2025, refletindo a resiliência da cafeicultura local frente a desafios de mercado e clima, além da confiança dos produtores no grão como principal fonte de renda e estabilidade econômica.

Esse crescimento também está relacionado à estrutura fundiária local, onde predominam pequenas e médias propriedades rurais. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2017), a maior parte dos estabelecimentos produtores de café na região é composta por unidades familiares, o que reforça o papel da agricultura familiar como base da atividade cafeeira em Ouro Fino. Ao mesmo tempo, a expansão da área cultivada impacta diretamente o Valor Bruto da Produção (VBP) do município, contribuindo significativamente para a receita agropecuária local e a geração de empregos sazonais, sobretudo durante o período da colheita.

Desse modo, observa-se em Ouro Fino um comportamento caracterizado por maior volatilidade ao longo da série, embora a tendência de longo prazo seja de crescimento. A área colhida aumenta de 5.240 hectares em 2012 para 5.820 hectares em 2024, registrando variação média anual de 0,88%, superior à da própria mesorregião. Além disso, todos os registros indicam que o município cultiva

exclusivamente café Arábica, o que reforça sua inserção na lógica produtiva típica do Sul de Minas.

A trajetória pode ser dividida em quatro momentos:

- 2012–2015: redução moderada da área, possivelmente vinculada à renovação de lavouras ou a fatores climáticos.
- 2016: aumento expressivo, atingindo o maior valor da série (6.010 ha).
- 2017–2021: fase de oscilações, culminando no mínimo da série em 2021 (3.250 ha).
- 2021–2024: recuperação acelerada, aproximando novamente o município dos níveis mais elevados da década.

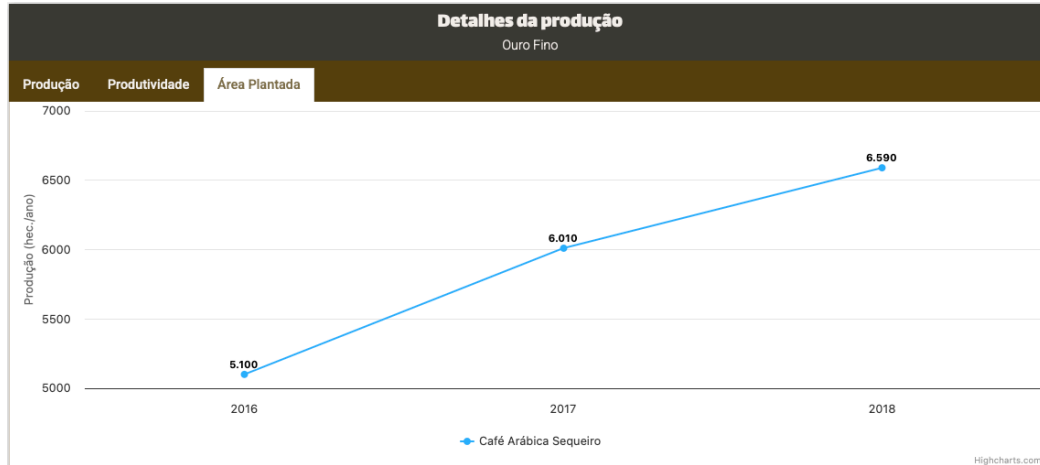
Essa dinâmica sugere que, embora Ouro Fino esteja inserido em uma região de elevada estabilidade produtiva, sua estrutura baseada em pequenos produtores, típica da agricultura familiar regional, torna o município mais sensível a variações de curto prazo, sejam elas econômicas, climáticas ou de manejo. Apesar disso, a tendência final é clara: Ouro Fino confirma o café como eixo de sua base produtiva, acompanhando o dinamismo regional e apresentando crescimento proporcionalmente superior ao da mesorregião.

Por fim, os dados de Ouro Fino refletem uma tendência regional mais ampla: o Sul de Minas permanece como a principal região produtora de café arábica do país, responsável por mais de 30% da produção nacional, segundo a EMATER-MG (2023). De acordo com o levantamento, a região produz cerca de 15 milhões de sacas de café por safra, distribuídas em mais de 150 municípios, sendo Minas Gerais responsável por aproximadamente 50% da produção brasileira total. Esses números confirmam que a cafeicultura, além de enraizada historicamente, continua sendo estrategicamente relevante para a economia local e regional, gerando emprego, renda e fortalecendo a posição do estado no mercado exportador.

Ademais, produção anual de café no município de Ouro Fino apresentou uma evolução significativa entre os anos de 2016 e 2018, consolidando a relevância econômica da cultura para a região. De acordo com o Portal da Cafeicultura de Minas Gerais (2019), a produção de Café Arábica Sequeiro foi de 107.100 sacas em 2016, subiu para 144.240 sacas em 2017 e atingiu 158.160 sacas em 2018 (Gráfico 2). Esse crescimento representa um avanço de aproximadamente 47,6% no volume produzido

em apenas dois anos, o que evidência não apenas a expansão da área plantada, mas também ganhos em eficiência produtiva.

Gráfico 2 - Evolução da área plantada de café arábica sequeiro em Ouro Fino (2016–2018)



Fonte: Portal da Cafeicultura de Minas Gerais. Disponível em: <https://portaldocafedeminas.emater.mg.gov.br>. Acesso em: 24 ago. 2025.

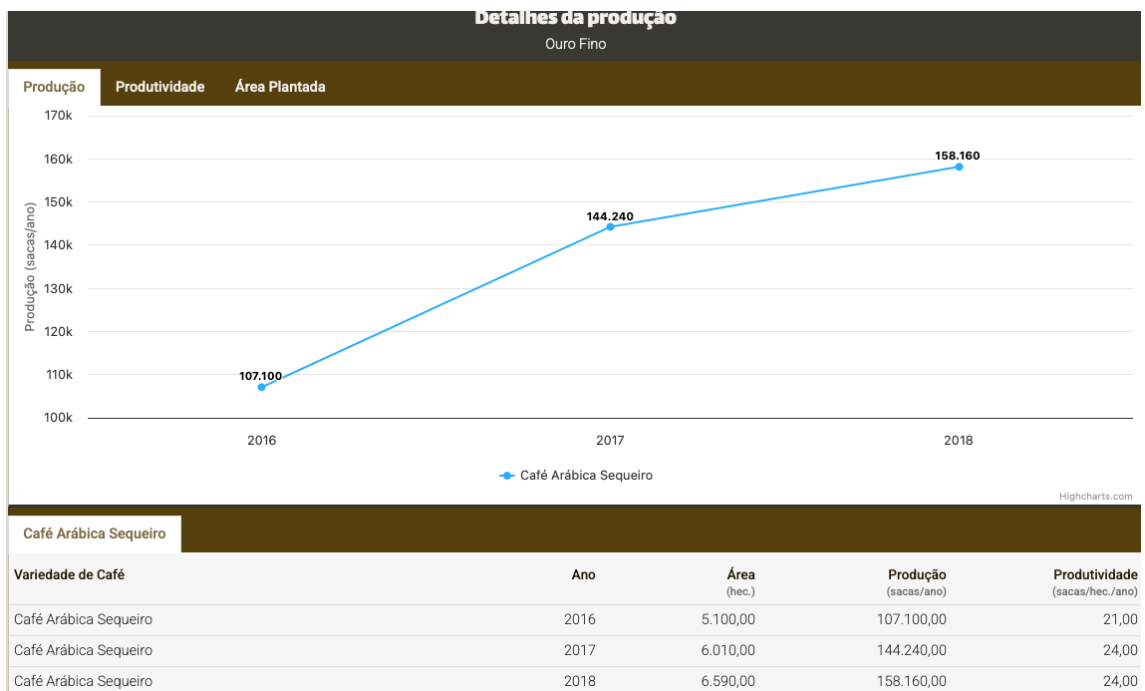
Durante o mesmo período, de acordo ao Portal da Cafeicultura de Minas Gerais (2029), a área cultivada aumentou de 5.100 hectares (2016) para 6.590 hectares (2018), e a produtividade média passou de 21 sacas/hectare para 24 sacas/hectare. Esse aumento na produtividade é especialmente relevante, pois indica a adoção de práticas mais técnicas por parte dos cafeicultores locais, como melhorias no manejo do solo, no controle fitossanitário e na colheita, além de possíveis avanços na assistência técnica e no acesso a insumos e cooperativas.

Embora ainda não estejam disponíveis os dados oficiais mais recentes sobre a produção em 2025, o crescimento contínuo da área plantada, atualmente estimada, em 7.005 hectares, segundo ao EMATER-MG (2025) sugere que a tendência de expansão também se mantém no volume colhido. Considerando a produtividade média de 24 sacas/hectare observada em 2018, uma projeção conservadora indicaria uma produção atual próxima de 168.120 sacas/ano — caso as condições técnicas e climáticas tenham se mantido estáveis.

Esse panorama reafirma a centralidade do café na estrutura produtiva do município, tanto como principal cultura permanente quanto como geradora de emprego, renda e dinamização do comércio local. A expressiva produção registrada nos últimos anos coloca Ouro Fino em destaque dentro do circuito cafeeiro do Sul de Minas Gerais, uma das regiões mais produtivas e tecnicamente avançadas do país.

Além disso, a produtividade das lavouras de café em Ouro Fino também apresentou melhora no período de 2016 a 2018 (Gráfico 3), acompanhando o crescimento da área plantada e do volume de produção. Conforme dados do Portal da Cafeicultura de Minas Gerais (2019), a produtividade média passou de 21 sacas por hectare em 2016 para 24 sacas/hectare/ano em 2017 e 2018, refletindo um ganho de aproximadamente 14% no rendimento das lavouras.

Gráfico 3 - Produção anual de café arábica sequeiro em Ouro Fino (2016–2018)



**Fonte:** Portal da Cafeicultura de Minas Gerais. Disponível em: <https://portaldocafedeminas.emater.mg.gov.br>. Acesso em: 24 ago. 2025

Esse aumento na produtividade pode estar associado a investimentos em práticas agrícolas mais eficientes, como o uso de variedades mais produtivas de café arábica, melhorias no manejo do solo, controle fitossanitário, adubação racional e maior acesso à assistência técnica rural, especialmente por meio de cooperativas locais e da atuação da EMATER-MG (2023). A estabilidade do índice de produtividade (sacas por hectare) entre 2017 e 2018 sugere que parte dos produtores conseguiu manter um padrão técnico consistente, mesmo diante das variações climáticas e de mercado. Esse equilíbrio operacional é positivo, pois demonstra eficiência no uso dos recursos e práticas agrícolas sustentáveis, fundamentais para a continuidade da atividade cafeeira no longo prazo EMATER-MG (2023).

Embora não existam dados oficiais atualizados para o ano de 2025, o fato de a área plantada ter aumentado para 7.005 hectares, conforme já discutido, indica que

há confiança dos produtores na rentabilidade da cultura. Se os níveis de produtividade foram mantidos ou ampliados, é possível que a produção local esteja operando com patamares técnicos semelhantes ou até superiores aos registrados em 2018, especialmente em um contexto de incentivos à certificação e à inovação no manejo agrícola.

A produtividade é um dos principais indicadores de eficiência da produção agrícola. Seu crescimento está diretamente ligado à capacidade do setor de gerar valor agregado por área cultivada, o que impacta a rentabilidade das propriedades, competitividade regional e o posicionamento de Ouro Fino dentro da cadeia produtiva do café no Sul de Minas EMATER-MG (2023).

Gráfico 4 – Produtividade média do café arábica sequeiro em Ouro Fino (2016–2018)



**Fonte:** Portal da Cafeicultura de Minas Gerais. Disponível em: <https://portaldocafedeminas.emater.mg.gov.br>. Acesso em: 24 ago. 2025.

## Comparativo Regional da Cafeicultura no Sul de Minas Gerais

Agora, para ampliar a compreensão sobre o desempenho da cafeicultura em Ouro Fino, torna-se relevante compará-lo com o de municípios vizinhos da mesma mesorregião sul-mineira, que compartilham características climáticas, geográficas e socioeconômicas semelhantes. A análise dos dados de área plantada, produção e

produtividade permite identificar padrões, contrastes e oportunidades de desenvolvimento entre os municípios.

No que diz respeito à área cultivada com café em 2025, segundo aos dados Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG,2025), Ouro Fino se destaca como o município com maior extensão plantada entre os cinco analisados, com 7.005 hectares dedicados ao cultivo de café arábica sequeiro. Em seguida, tem-se Lavras (4.911 ha), Jacutinga (4.206 ha), Poços de Caldas (3.512 ha) e, por último, Inconfidentes, com 1.777 hectares. Nesse sentido, os dados citados acima, indicam que Ouro Fino possui uma estrutura produtiva voltada à cafeicultura em escala significativa, com capacidade para sustentar uma produção de grande porte, impactando positivamente a geração de empregos, a circulação de renda e a arrecadação de tributos municipais vinculados ao setor agropecuário.

Ademais, em termos de volume de produção anual em 2018, segundo ao Portal da Cafeicultura de Minas Gerais (2019), Ouro Fino também lidera, com 158.160 sacas colhidas, seguido por Lavras (137.508 sacas), Jacutinga (117.000 sacas), Poços de Caldas (87.800 sacas) e Inconfidentes (71.370 sacas). Esse desempenho reforça o protagonismo da cidade na dinâmica agroexportadora do café no Sul de Minas. Contudo, é importante observar que esse volume elevado está diretamente ligado à sua ampla área cultivada, ou seja, seu destaque em produção é mais resultado da escala territorial do que de ganhos expressivos em eficiência técnica.

Nesse contexto, tem-se que, essa observação é evidente quando se analisa o dado de produtividade agrícola, que expressa o rendimento médio por hectare. Em 2018, a produtividade em Ouro Fino foi de 24 sacas por hectare, inferior à média registrada em Jacutinga (26 sc/ha), Poços de Caldas (25 sc/ha), Lavras (28 sc/ha) e, com ampla vantagem, Inconfidentes (39 sc/ha). Isso revela que, apesar de possuir a maior área e o maior volume total de produção, Ouro Fino tem desempenho técnico abaixo do potencial da região, e que sua cafeicultura pode estar operando com práticas menos modernas ou com menor incorporação de tecnologias de manejo e pós-colheita.

Essa disparidade na produtividade, segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (2025), pode ser explicada por uma série de fatores: variações nos níveis de mecanização das lavouras, disponibilidade de mão de obra qualificada, acesso a crédito rural, capacitação técnica dos produtores,

utilização de insumos de qualidade, presença de assistência técnica rural, entre outros. Também é possível que municípios como Inconfidentes e Lavras estejam mais integrados a programas de certificação, rastreabilidade e inovação agroindustrial, o que impulsiona seus resultados por hectare, mesmo com áreas menores.

Portanto, o comparativo regional destaca tanto os avanços consolidados por Ouro Fino, quanto os desafios que ainda se impõem à sua cafeicultura. A cidade tem potencial para combinar escala com eficiência, desde que sejam fortalecidas políticas públicas voltadas à capacitação técnica, incentivo à adoção de tecnologias, modernização das propriedades e estímulo ao cooperativismo. Com essas melhorias, Ouro Fino pode se posicionar não apenas como uma das maiores produtoras da região em volume, mas também como uma referência em qualidade, produtividade e sustentabilidade no setor cafeeiro do Sul de Minas Gerais.

*Tabela 1 – Atividade Cafeeira na cidade de Ouro Fino e nas cidades vizinhas*

Município	Área cultivada com café (2025) [ha]	Produção de café (2018) [sc/ano]	Produtividade média (2018) [sc/ha/ano]
Ouro Fino	7.005	158.160	24
Jacutinga	4.206	117.000	26
Poços de Caldas	3.512	87.800	25
Inconfidentes	1.777	71.370	39
Lavras	4.911	137.508	28

*Fonte: Portal da Cafeicultura de Minas Gerais. Disponível em: <https://portaldocafedeminas.emater.mg.gov.br>. Acesso em: 24 ago. 2025.*

## Incentivos à cafeicultura em Ouro Fino e no Sul de Minas Gerais

A cafeicultura no Sul de Minas Gerais consolidou-se como uma das principais bases econômicas da região, sustentada por políticas públicas, assistência técnica e incentivos voltados à melhoria da produtividade e da qualidade dos grãos. Desde a década de 1990, o estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), tem implementado programas voltados à modernização das lavouras, à capacitação de produtores e à ampliação do acesso ao crédito rural. Essas ações contribuíram para o fortalecimento da agricultura familiar e para a profissionalização dos pequenos e médios cafeicultores,

especialmente nas microrregiões do Sul e do Campo das Vertentes, onde se concentra a maior parte da produção mineira (EMATER-MG, 2023).

Nesse sentido, no caso específico de Ouro Fino, os incentivos à cafeicultura assumem importância não apenas econômica, mas também cultural e territorial. O município tem desenvolvido iniciativas de valorização do café local e de estímulo à qualidade, com destaque para a Lei Municipal n.º 3.139/2023, que reconhece o café de Ouro Fino como de relevante interesse cultural, social, econômico, turístico e gastronômico, e a Lei Municipal n.º 3.286/2025, que institui o selo “Café de Ouro” como certificação de qualidade e cria o Concurso de Qualidade do Café de Ouro. Tais medidas buscam não apenas reforçar a identidade produtiva da cidade, mas também promover a inserção dos produtores locais em mercados diferenciados, estimulando a competitividade e a agregação de valor à produção (Câmara Municipal de Ouro Fino, 2023; 2025).

Além das políticas municipais, Ouro Fino também se beneficia de programas estaduais e federais de incentivo à cafeicultura, como o Programa Certifica Minas Café, que visa garantir rastreabilidade, sustentabilidade e boas práticas agrícolas, e o Programa de Desenvolvimento da Cafeicultura de Minas Gerais (PROCAFÉ), coordenado pela EMATER-MG em parceria com o MAPA e a Fundação Procafé. Esses programas oferecem assistência técnica contínua, apoio à mecanização das lavouras, estímulo à adoção de certificações internacionais (como Fair Trade e Rainforest Alliance) e capacitação em gestão rural, fortalecendo o setor produtivo e ampliando o potencial exportador dos cafés mineiros (EMATER-MG, 2023).

Em síntese, as políticas de incentivo à cafeicultura em Ouro Fino refletem o esforço conjunto entre o poder público, cooperativas e produtores locais para consolidar o município como referência na produção de café arábica de qualidade no Sul de Minas. A criação de selos, concursos e programas de capacitação reforça a importância do setor como vetor de desenvolvimento econômico e social, gerando empregos, movimentando o comércio e preservando práticas tradicionais ligadas ao cultivo do café. Assim, o caso de Ouro Fino ilustra como a combinação entre tradição, inovação e políticas públicas pode impulsionar a sustentabilidade e o protagonismo regional da cafeicultura mineira.

## Impactos Diretos e Indiretos da Economia Cafeeira no Desenvolvimento de Ouro Fino

A cafeicultura desempenhou papel central na estruturação econômica, territorial e social de Ouro Fino. Mais do que uma atividade agrícola, o café atuou como vetor de transformação estrutural, modificando padrões de ocupação do solo, relações de trabalho, dinâmica comercial e integração regional. A seguir, analisam-se os impactos diretos e indiretos mais relevantes que o ciclo cafeeiro gerou no município.

### Impactos Diretos da Economia Cafeeira em Ouro Fino

Os impactos diretos são aqueles que decorrem imediatamente da produção, circulação e comercialização do café, afetando diretamente a economia local.

#### 1.1 Geração de emprego e renda rural

O café se consolidou como o principal gerador de renda agrícola no município ao longo dos séculos XIX e XX. A cafeicultura empregou trabalhadores nas etapas de plantio, colheita, beneficiamento e transporte, criando uma base econômica sólida para a população rural.

Como destaca Silva (2018), a predominância de pequenas e médias propriedades no Sul de Minas tornou a renda cafeeira mais distribuída territorialmente, o que contribuiu para uma estrutura rural menos desigual e mais socialmente estável.

#### 1.2 Aumento da área ocupada e modernização produtiva

Com a disseminação do café, a área destinada ao cultivo agrícola expandiu-se em Ouro Fino, impulsionando investimentos em:

- adubação,
- tratamentos culturais,
- compra de equipamentos,
- técnicas de secagem e beneficiamento,
- mecanização parcial.

Esses avanços elevaram a produtividade e consolidaram uma matriz agrícola tecnificada, com capacidade de competir regionalmente (EMATER-MG, 2023).

### 1.3 Dinamização do comércio local

O crescimento da produção cafeeira estimulou o surgimento de:

- armazéns,
- casas de comércio,
- venda de insumos,
- transporte de carga,
- beneficiadoras de café.

O comércio urbano de Ouro Fino se fortaleceu porque a renda rural passou a circular dentro do próprio município, gerando efeitos multiplicadores diretos sobre o setor de serviços (DEAN, 1991).

### 1.4 Integração regional e ampliação das conexões econômicas

Embora não tenha sido atendido diretamente pelos principais ramais ferroviários, Ouro Fino se beneficiou da proximidade com os sistemas Mogiana e Sul Mineira, que conectavam a região aos mercados paulista e mineiro.

Essa integração:

- reduziu custos de escoamento,
- ampliou mercados consumidores,
- aumentou a competitividade dos produtores locais (SAES, 2011).

### 1.5 Estruturação da identidade produtiva e especialização agrícola

O café tornou-se o eixo organizador da economia local. A monocultura não era absoluta, mas a cafeicultura assumiu posição central na composição do PIB agrícola municipal, fortalecendo a especialização produtiva do território e garantindo estabilidade econômica de longo prazo.

## Impactos Indiretos da Economia Cafeeira em Ouro Fino

Os impactos indiretos envolvem efeitos mais amplos, que não decorrem apenas da produção em si, mas das transformações estruturais e socioculturais promovidas pelo café.

### 2.1 Urbanização e melhoria da infraestrutura local

O fluxo de renda gerado pela economia cafeeira impulsionou a expansão do núcleo urbano, estimulando:

- melhorias na malha viária,

- expansão de comércio e serviços,
- construção de edificações públicas,
- dinamização da economia urbana.

A circulação de mercadorias e pessoas exigiu melhorias estruturais que contribuíram para o desenvolvimento urbano de Ouro Fino (Furtado, 2000).

## 2.2 Estímulo ao cooperativismo e fortalecimento institucional

O avanço da cafeicultura no Sul de Minas incentivou a inserção de produtores em cooperativas regionais — como a Cooxupé e demais sistemas de apoio agrícola.

Essas instituições:

- ampliaram o acesso ao crédito,
- ofereceram assistência técnica,
- facilitaram certificações,
- promoveram padronização da qualidade,
- abriram mercados nacionais e internacionais.

Mesmo não sediando uma grande cooperativa, Ouro Fino foi amplamente beneficiado pela rede regional (MAPA, 2022).

## 2.3 Diversificação econômica induzida pelo café

A renda gerada pelo café não permaneceu apenas no meio rural. Ela induziu:

- abertura de pequenos comércios,
- serviços de transporte e manutenção,
- expansão do mercado de bens de consumo,
- surgimento de novos fluxos de capital na cidade.

Esse processo é um efeito indireto típico de economias rurais baseadas em produtos com alto valor de mercado (Bacha, 2012).

## 2.4 Formação de capital humano e técnico

A modernização da cafeicultura exigiu:

- capacitação de mão de obra,
- adoção de novas tecnologias,
- profissionalização dos produtores,
- disseminação de conhecimento agrônomo.

Isso contribuiu para elevar a qualificação técnica local e criou um ambiente propício à inovação no campo.

### 2.5 Reforço da identidade cultural

O café passou a fazer parte do imaginário social de Ouro Fino, moldando:

- festas,
- práticas cotidianas,
- paisagem rural,
- relações comunitárias,
- a própria imagem do município.

A cafeicultura consolidou-se como um elemento simbólico da região, reforçando sua identidade cultural, além de estimular o turismo rural e experiências ligadas ao café.

### 2.6 Resiliência socioeconômica em períodos de crise

Mesmo diante das crises do café — como a erradicação de 1930 e as oscilações dos anos 1970 — Ouro Fino manteve forte capacidade de adaptação graças à combinação de:

- pequenas propriedades,
- diversificação agrícola,
- estrutura produtiva estável.

Essa resiliência reforçou a importância do café como esteio econômico do município (SAES, 1986).

Dessa forma, observa-se que a economia cafeeira exerceu papel decisivo na conformação histórica, econômica e social de Ouro Fino, atuando tanto de maneira direta, ao gerar renda agrícola, emprego, modernização produtiva e dinamização comercial, quanto de forma indireta, ao impulsionar o desenvolvimento urbano, fortalecer instituições regionais e moldar identidades culturais vinculadas ao campo. A cafeicultura estruturou a base produtiva do município e conferiu resiliência frente às oscilações econômicas ao longo do século XX, sustentada pelo predomínio de pequenas propriedades e por uma dinâmica agrícola diversificada. Assim, o café não apenas organizou a economia local, mas também funcionou como vetor de integração territorial e de transformação socioeconômica duradoura, consolidando-se como

elemento central para compreender a trajetória e o desenvolvimento contemporâneo de Ouro Fino.

Tabela 2 - Impactos Diretos e Indiretos da Economia Cafeeira em Ouro Fino

<b>Impactos Diretos</b>	<b>Impactos Indiretos</b>
Geração de emprego e renda agrícola	Urbanização e melhoria da infraestrutura
Expansão da área plantada e modernização produtiva	Fortalecimento do cooperativismo regional
Dinamização do comércio local	Diversificação econômica induzida
Integração regional e acesso a mercados	Formação de capital humano e técnico
Especialização produtiva e consolidação da economia agrícola	Identidade cultural e paisagística
—	Resiliência socioeconômica

**Fonte:** Elaboração própria a partir de Silva (2018), Saes (2011), Dean (1991), Emater-MG (2023), Furtado (2000) e MAPA(2022).

## Considerações Finais

O presente estudo permitiu compreender que a cafeicultura exerceu um papel

estruturante no desenvolvimento econômico e urbano de Ouro Fino, reproduzindo, em escala regional, o movimento que marcou a história do Brasil a partir do século XIX. Conforme destaca Furtado (1959), o café foi o principal elemento de integração nacional e de modernização da economia brasileira, consolidando novas formas de organização produtiva e social. Em Ouro Fino, esse processo foi decisivo para a transição da economia mineradora para a agrícola, promovendo a ocupação territorial, o fortalecimento das redes comerciais e a formação de uma elite local, que desempenharam papéis semelhantes aos barões do café paulistas (SILVA, 2012).

A análise dos dados recentes confirma que a atividade cafeeira segue sendo o principal vetor da economia municipal. Entre 2016 e 2018, a produção de café arábica sequeiro cresceu de 107.100 para 158.160 sacas, um avanço de cerca de 47,6%, acompanhado do aumento da área cultivada e da melhoria da produtividade média, segundo o Portal da Cafeicultura de Minas Gerais (2019). Nesse sentido, estimativas da EMATER-MG (2025) apontam que o município atingiu cerca de 7.005 hectares cultivados, consolidando-se como o maior produtor entre os municípios analisados. Os dados citados acima, confirmam que a cafeicultura de Ouro Fino mantém trajetória ascendente, sustentada por avanços tecnológicos, diversificação produtiva e fortalecimento de cooperativas locais.

Os incentivos públicos também se mostraram determinantes para a manutenção da competitividade e para a valorização da produção. As Leis Municipais n.º 3.139/2023 e 3.286/2025 reconhecem o café como patrimônio cultural e econômico de Ouro Fino e instituem o Selo “Café de Ouro”, com o objetivo de promover a qualidade e o reconhecimento do produto em mercados regionais e nacionais. Em consonância, programas estaduais e federais — como o Certifica Minas Café e o PROCAFÉ — têm contribuído para elevar os padrões de sustentabilidade, rastreabilidade e eficiência produtiva (SEAPA, 2022). Esse conjunto de políticas reforça a observação de Matos e Lindner (2020), de que o desenvolvimento do Sul de Minas resulta da combinação entre tradição agrícola e inovação tecnológica.

De forma mais ampla, verifica-se que a cafeicultura em Ouro Fino não se limita ao cultivo do grão, mas constitui um sistema socioeconômico integrado, envolvendo transporte, beneficiamento, comércio, serviços financeiros e turismo rural. A estabilidade da produtividade, aliada ao fortalecimento do cooperativismo e da agricultura familiar, demonstra que a economia cafeeira local permanece resiliente e inclusiva, gerando empregos diretos e indiretos e estimulando práticas sustentáveis

(EMBRAPA, 2022). Assim, o café continua sendo o principal símbolo da identidade econômica e cultural de Ouro Fino, articulando o passado histórico à construção de um futuro pautado na inovação, na sustentabilidade e na valorização da produção local.

Por fim, conclui-se que compreender a trajetória da cafeicultura em Ouro Fino é compreender o próprio processo de formação econômica do Sul de Minas. O município representa um microcosmo do modelo de desenvolvimento regional mineiro, em que a tradição cafeeira se renova por meio de políticas públicas, tecnologia e cooperação social. Como apontam Furtado (1959) e Prado Júnior (1945), o café não apenas moldou o território e a economia brasileira, mas também deixou um legado de estrutura produtiva e cultural que persiste até hoje. Nesse contexto, Ouro Fino se destaca como exemplo de continuidade histórica e capacidade adaptativa, demonstrando que a força do café vai muito além da lavoura: ela está na cultura, na economia e na identidade do povo mineiro.



## Referências bibliográficas utilizadas

**ARAÚJO, R. S.** *Economia cafeeira e desenvolvimento sustentável: um estudo sobre pequenas cidades mineiras*. Recife: Editora Universitária, 2019.

**ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO.** *Documentos Históricos sobre a Estrada de Ferro Oeste de Minas*. Belo Horizonte, 2020.

**ARRUDA, José Jobson de Andrade.** *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Ática, 1999.

**AUSTO, Boris.** *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995

**BANCO CENTRAL DO BRASIL.** *Relatório de Inflação – Março de 2002*. Brasília: BCB, 2002. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 21 ago. 2025.

**BACHA, Carlos José Caetano.** *Economia e Política Agrícola no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2012.

**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO.** *Mercado Municipal de Ouro Fino. Ouro Fino, 1908. Documento histórico disponível em: <https://sapl.ourofino.mg.leg.br/media/sapl/public/documentoacessorio/2025/1165/mercado.pdf>*. Acesso em: 14 out. 2025.

**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO.** *Lei n.º 3.139/2023 – Reconhece o café de Ouro Fino como de relevante interesse cultural, social, econômico, turístico e gastronômico. Ouro Fino, 2023. Disponível em: <https://sapl.ourofino.mg.leg.br>*.

**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO.** *Lei n.º 3.286/2025 – Institui o selo “Café de Ouro” e o Concurso de Qualidade do Café de Ouro. Ouro Fino, 2025. Disponível em: <https://sapl.ourofino.mg.leg.br>*.

**CANO, Wilson.** *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.

**CANO, Wilson.** *Raízes da concentração industrial em São Paulo. 3. ed. São Paulo: UNESP, 1998.*

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB).** *Acompanhamento da Safra Brasileira de Café – 2024*. Disponível em: <https://www.conab.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2025.

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB).** *Dados sobre produção e safra do café no Brasil*. Disponível em: <https://www.conab.gov.br>. Acesso em: 27 mar. 2025.

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB).** *Acompanhamento da Safra Brasileira de Café – Safra 2023*. Brasília: Companhia Nacional de

Abastecimento, 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br>. Acesso em: 27 mar. 2025.

**CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ (CNC).** Relatório socioeconômico da cafeicultura brasileira 2023. *Brasília: CNC, 2023. Disponível em: <https://www.cncafe.com.br>. Acesso em: 14 set. 2025.*

**CORTE, Christiane.** *Estudo de caso: histórico de urbanização da cidade de Ouro Fino e a ocorrência de enchentes.* Inconfidentes: IF Sul de Minas, 2010.

**DEAN, Warren.** *A industrialização de São Paulo (1880–1945).* São Paulo: Difel, 1971.

**DEAN, Warren.** *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

**EMATER-MG.** *Portal da Cafeicultura de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, [2025]. Disponível em: <https://portaldocafedeminas.emater.mg.gov.br>. Acesso em: 24 ago. 2025.

**EMATER-MG.** *Relatório Técnico da Cafeicultura no Sul de Minas – 2023.* Unidade Regional de Pouso Alegre.

**EMATER-MG.** *Relatórios Técnicos Regionais.* Belo Horizonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, 2023.

**EMATER-MG.** *Relatórios regionais da cafeicultura – Sul de Minas, 2023.*

**EMATER-MG.** *Relatório de Safra 2023/2024.* Belo Horizonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, 2023. Disponível em: <https://www.emater.mg.gov.br>. Acesso em: 14 out. 2025

**EMATER-MG.** *Relatório de Safra 2025.* Belo Horizonte: EMATER, 2025

**EMATER-MG.** *Relatório de Atividades 2023.* Belo Horizonte: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, 2023. Disponível em: <https://www.emater.mg.gov.br>. Acesso em: 14 out. 2025.

**EMBRAPA CAFÉ.** *Sustentabilidade na cafeicultura brasileira.* Brasília: Embrapa, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cafe>. Acesso em: 27 mar. 2025.

**EMBRAPA CAFÉ.** *A importância socioeconômica da cafeicultura no Brasil.* Brasília: EMBRAPA, 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cafe>. Acesso em: 14 set. 2025.

**EMBRAPA CAFÉ.** *Zoneamento agroclimático da cafeicultura no Brasil.* Brasília: EMBRAPA, 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cafe>. Acesso em: 14 out. 2025.

**FAUSTO, Boris.** *História do Brasil.* São Paulo: Edusp, 2006.

**FURTADO, Celso.** *Formação Econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.*

**FURTADO, Celso.** *Formação econômica do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

**GOVERNO DE MINAS GERAIS.** *Semana Internacional do Café movimenta mais de R\$ 50 milhões em negócios.* Belo Horizonte: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2022. Disponível em: <https://www.agricultura.mg.gov.br/component/gmg/story/16453>. Acesso em: 20 maio 2025.

**HIRSCHMAN, Albert O.** *The Strategy of Economic Development.* New Haven: Yale University Press, 1958.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** *Censo Agropecuário 2017 – Minas Gerais: Ouro Fino.*

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** *Produção Agrícola Municipal: culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 09 dez. 2025*

**INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION (ICO).** *Coffee Development Report 2020: The Value of Sustainability.* Disponível em: <https://www.ico.org>. Acesso em: 27 mar. 2025.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 14 out. 2025.*

**KRUGMAN, Paul.** *Geography and Trade.* Cambridge: MIT Press, 1991.

**MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** *Anuário da Agricultura Brasileira.* Brasília: MAPA, 2022.

**MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** *Boletim de Safra Café – 2023.* Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicadores-e-estatisticas/agricultura/cafe>. Acesso em: 14 abr. 2025.

**MARTINS, L. A.** *A história do café no Brasil e seus impactos regionais.* São Paulo: Editora História & Sociedade, 2005.

**MATOS, Maria Isabel de.** *O papel das cooperativas no desenvolvimento regional: um estudo sobre as cooperativas de café em Minas Gerais. 2010.* Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

**MATOS, Maria Isabel de; LINDNER, Michele.** *Agronegócio do café no sul de Minas Gerais: territorialização, mundialização e contradições*. Revista OKARA: Geografia em Debate, João Pessoa, v.14, n.2, p. 433–451, 2020.

**OCEMG.** *Panorama do Cooperativismo Mineiro*. Belo Horizonte, 2022.

**ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ (OIC).** *Relatórios sobre a volatilidade do preço do café no mercado internacional*. 2023. Disponível em: <https://www.ico.org>. Acesso em: 27 mar. 2025.

**PRADO JÚNIOR, Caio.** *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

**PORTAL DA CAFEICULTURA DE MINAS GERAIS.** *Produção de Café Arábica – Ouro Fino (2016–2018)*. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais, 2019.

**PENDERGRAST, Mark.** *Uncommon Grounds: The History of Coffee and How It Transformed Our World*. New York: Basic Books, 2010.

**RESENDE, Maria Efigênia Lage de.** *História de Minas Gerais: da Colônia ao Século XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

**RIBEIRO, Gladys Sabina.** *Colonização e economia agrícola no Império Português*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.31, n.61, p. 49–70, 2011.

**SAES, Flávio Azevedo Marques de.** *A ferrovia e o café: expansão cafeeira e ferrovias em São Paulo (1850–1930)*. São Paulo: Hucitec, 2011

**SAES, Flávio Azevedo Marques de.** *A agricultura cafeeira no Brasil (1850–1950)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

**SANTOS, Theotonio dos.** *O novo caráter da dependência*. In: Marini, R. M.; Santos, T. dos. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

**SEAPA.** *Programa de Desenvolvimento da Cafeicultura de Minas Gerais (PROCAFÉ)*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2022

**SEBRAE.** *Cooperativismo no Agronegócio*. Brasília: Sebrae Nacional, 2020.

**SEBRAE.** *Turismo rural em Minas Gerais: rotas do café e do queijo*. Belo Horizonte: SEBRAE-MG, 2021. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 14 set. 2025.

**SEBRAE; OCB.** *Cooperativismo no Agronegócio: desafios e oportunidades para os pequenos produtores rurais*. Brasília: Sebrae Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/sebrae>. Acesso em: 27 mar. 2025.

**SILVA, José Luiz da.** Dinâmicas rurais no Sul de Minas: estrutura fundiária e organização produtiva. *Belo Horizonte: UFMG, 2018.*

**SILVA, M. T.** *História das Fronteiras no Brasil Colonial.* São Paulo: Editora Atual, 2006.

**SILVA, M. T.** *O papel do café na economia contemporânea das cidades mineiras.* São Paulo: Editora Atual, 2012.

**SILVA, Márcio.** O café e a formação econômica do Sul de Minas. *Belo Horizonte: UFMG, 2012.*

**WEISSMAN, Michaele.** *God in a Cup: The Obsessive Quest for the Perfect Coffee.* New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2008.